

DA  
**ECONOMIA**  
**POLÍTICA**  
À **POLÍTICA**  
**ECONÔMICA**

---

**LUAN VINICIUS BERNARDELLI**  
(Organizador)

DA  
**ECONOMIA**  
**POLÍTICA**  
À **POLÍTICA**  
**ECONÔMICA**

---

**LUAN VINICIUS BERNARDELLI**

(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /  
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Da economia política à política econômica

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Luan Vinicius Bernardelli

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
D111	<p>Da economia política à política econômica / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF  Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  Modo de acesso: World Wide Web  Inclui bibliografia  ISBN 978-65-258-1691-3  DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.913231409">https://doi.org/10.22533/at.ed.913231409</a></p> <p>1. Política econômica. I. Bernardelli, Luan Vinicius (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330.9</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



A primeira edição do livro “Da economia política à política econômica” é composta por cinco capítulos, com o propósito central de contribuir para o enriquecimento da discussão acadêmica. O objetivo principal da obra é apresentar uma categorização de estudos realizados em distintas instituições acadêmicas do país, com estudos que apresentem elementos relacionados à economia política e à política econômica.






Nesta obra são debatidos diversos tópicos relevantes com o propósito de estabelecer uma base sólida para o avanço do conhecimento científico, contribuindo a todos os leitores que de alguma forma se interessam pela temática em questão. São trabalhos que se empenham em analisar diversas perspectivas da economia política com o avanço do funcionamento dos mercados capitalistas. Partindo do surgimento do mercado na era do Império no Brasil se estendendo a um estudo de caso relacionado ao empreendedorismo social, este livro apresenta uma coleção de trabalhos importantes à literatura científica.

A organização desta obra não se fundamenta a partir de uma única temática, mas abrange uma variedade de tópicos e métodos que são apresentados. Nesta obra, o leitor terá a oportunidade de contemplar 5 capítulos que debatem a economia política e a política econômica

A existência de uma obra que unifique esses quatro trabalhos possibilita uma reflexão mais ampla sobre o tema em questão que é de interesse direto da sociedade. Assim, a obra “Da economia política à política econômica” é composta de trabalhos fundamentados nos resultados práticos obtidos pelos diversos estudantes, professores e demais profissionais que desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática.

Dada a relevância da disseminação do conhecimento científico, a Atena Editora, por meio deste trabalho, contribui para o avanço do saber, apoiando a comunidade científica na divulgação de suas descobertas e resultados

Luan Vinicius Bernardelli

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
UMA ANÁLISE INICIAL SOBRE A ERA IMPERIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DO MERCADO EM UMA SOCIEDADE MOLDADA PELO SISTEMA ESCRAVOCRATA	
Ronaldo Raemy Rangel Paulo Rogério Alves Brene Luan Vinicius Bernardelli	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314091">https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314091</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>14</b>
AVALIAÇÃO DA POUPANÇA E CRÉDITOS RURAIS NA PROVÍNCIA DE NAMPULA: UM ENFOQUE NA INCLUSÃO FINANCEIRA DO GRUPO DE POUPANÇA MÃE ORGANIZA-MOGOVOLAS	
Abudo Sadate Ucade	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314092">https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314092</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>31</b>
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DA ENACTUS BRASIL	
André Oyama Cattaruzzi	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314093">https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314093</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>41</b>
DE LAS MIGRACIONES ECONÓMICAS A LAS MIGRACIONES AMBIENTALES: TRANSICIÓN AGROECOLÓGICA EN MÉXICO	
Raúl Alberto Rodríguez Alvarado Miguel Ángel Medina Romero	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314094">https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314094</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>58</b>
FACTORES DETERMINANTES PARA A SUBIDA DE PREÇOS DOS PRODUTOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022 EM NAMPULA – MOÇAMBIQUE	
Nelson Jafete Elina Zacarias Esmael Mussenga Abudala Janeth Pires Gustão Edson Fernandes Martinho Manuel	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314095">https://doi.org/10.22533/at.ed.9132314095</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR .....</b>	<b>66</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>67</b>

## UMA ANÁLISE INICIAL SOBRE A ERA IMPERIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DO MERCADO EM UMA SOCIEDADE MOLDADA PELO SISTEMA ESCRAVOCRATA

*Data de aceite: 01/09/2023*

**Ronaldo Raemy Rangel**

<http://lattes.cnpq.br/0568681030105027>

**Paulo Rogério Alves Brene**

<http://lattes.cnpq.br/5768835209755213>

**Luan Vinicius Bernardelli**

<http://lattes.cnpq.br/2729835918080637>

das transformações sociais empreendidas por sociedades que colhiam os frutos da Revolução Industrial, simultaneamente testemunhando o emergir de novas configurações nas relações sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Império. Autoridade. Elite. Sociedade

**RESUMO:** O presente estudo visa a debater a função desempenhada por um grupo específico dentro das elites no contexto do Império. Trata-se de um grupo integrante da elite hegemônica do país que se destaca pelo seu elevado grau de instrução, profundo embasamento cultural e, primordialmente, pela sua assídua interação com as sociedades já submetidas aos padrões da Revolução Industrial. De um lado, esse segmento, como componente da elite econômica, adotou uma abordagem pragmática direcionada à instauração de um Estado que se convertesse em um ator de destaque, a serviço dos interesses dos produtores vinculados ao paradigma econômico escravocrata-agrário-exportador. De outra perspectiva, ele assimilou uma visão humanista, intrinsecamente ligada à sua apreensão

### AN INITIAL ANALYSIS OF THE BRAZILIAN IMPERIAL ERA AND THE GENESIS OF THE MARKET IN A SOCIETY MOLDED BY THE SLAVE SYSTEM

**ABSTRACT:** The present study aims to discuss the role played by a specific group within the elites in the context of the Empire. This is a group that forms part of the country's hegemonic elite, which stands out for its high level of education, deep cultural background and, primarily, for its assiduous interaction with societies already subjected to the standards of the Industrial Revolution. On the one hand, this segment, as a component of the economic elite, adopted a pragmatic approach aimed at establishing a State that would become a prominent actor, serving the interests of producers linked to the slave-agrarian-exporting economic paradigm. From another perspective,

he assimilated a humanist vision, intrinsically linked to his apprehension of the social transformations undertaken by societies that reaped the fruits of the Industrial Revolution, simultaneously witnessing the emergence of new configurations in social relations.

**KEYWORDS:** Empire. Authority. Elite. Society

## 1 | INTRODUÇÃO

Diversas abordagens metodológicas se apresentam como viáveis no escopo do estudo do período do Brasil Imperial. Entre essas alternativas, destaca-se a possibilidade de abordar a temática por meio de análises biográficas centradas nos indivíduos eruditos e instruídos que compunham a elite da época, assim como faz Otávio Tarquínio de Souza, nos diversos volumes de História dos Fundadores do Império do Brasil (1957), ou por meio dos movimentos políticos que protagonizaram, bem como a partir de sua influência no estabelecimento do *status quo* que vigorou durante boa parte do século XIX no Brasil, tal qual nos apresenta João Camilo de Oliveira Torres em “Os Construtores do Império” (1968)<sup>1</sup>. Além desses, seria possível se valer de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Oliveira Viana, Florestan Fernandes, entre outros, unanimemente considerados os grandes pensadores sobre a formação do país.

A partir da apresentação anterior, o presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns aspectos econômicos, sociais e demográficos do Brasil imperial a partir de uma revisão sistemática de autores com diversas matizes de pensamento e pertencentes a inúmeras gerações de intelectuais brasileiros. O caminho metodológico escolhido pelo presente texto tem por base o trabalho de Hartung et. al. (2008), em que, após levantamento de vários trabalhos relevantes sobre um tema, este método identifica, seleciona e avalia criticamente tais trabalhos, transformando as conclusões ou teses individuais por eles levantadas em uma única conclusão ou em uma única tese argumentativa.

O critério utilizado para definir “trabalhos relevantes” aptos para a revisão sistemática foi o impacto que tais publicações provocaram à época de seus lançamentos, assim como o número de citações que continuam recebendo hoje. É o caso de Casa-Grande & Senzala, de Gilberto Freyre (originalmente editado em 1933), O Capitalismo Tardio (1982), de João Manuel Cardoso de Mello, A Formação das Almas (1990), de José Murilo de Carvalho, O Tempo Saquarema (1987), de Ilmar Mattos, e Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado (primeira edição em 1958), apenas para citar alguns.

Pelo exposto, ao rever obras relevantes, o presente artigo assume um caráter exploratório. Sabe-se que a característica determinante das técnicas exploratórias é permitir ao pesquisador aumentar sua experiência em torno do tema estudado, esclarecendo questões e desenvolvendo ideias com vistas à formulação de abordagens mais condizentes

---

<sup>1</sup> Oliveira Torres trata da questão da elite em diversos momentos de sua vasta obra, entretanto, a expressão “Construtores do Império”, título de um de seus livros, passa a ser utilizada por outros autores como adjetivo de segmentos destacáveis da elite imperial em vários trabalhos, notadamente nos anos 1970.

e aprofundadas.

Para atingir o objetivo proposto, este trabalho está dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção é destinada ao entendimento geral sobre a formação das elites brasileiras, que evoluíram e se firmaram como classe dominante pelo binômio trabalho escravo e propriedade da terra. A segunda seção, por sua vez, tratará do papel da chegada da família real na alteração da situação descrita na seção anterior, pois possibilita a constituição de um segmento econômico local relevante, que mescla sua ação em atividades mercantis e sua evolução para o envolvimento brasileiro na revolução industrial. As questões que envolvem constituição gradual de um novo mercado (em termos de diferenciação) e uma nova divisão do trabalho serão apresentadas na terceira seção; a quarta e última seção é destinada às conclusões.

## 2 | O PERÍODO IMPERIAL E SUA CLASSE DOMINANTE

Inicialmente, cabe destacar dois aspectos relevantes na composição dos quadros da elite imperial: por um lado, a elite no Império empreendeu o movimento civilizatório que encontrava eco em indivíduos que não faziam parte de grupos da plutocracia (pequenos comerciantes, mestres-escolas, servidores públicos etc.); por outro, já que as ideias e proposituras elaboradas por esses indivíduos não abastados eram acolhidas, pode-se admitir que aquele grupo da elite, interessado em estabelecer e difundir os conceitos de ordem e civilização, de fato começava a “negociar” com outros grupamentos sociais, iniciando, mesmo que embrionariamente, a constituição de uma elite desvinculada (ou não necessariamente vinculada) da riqueza derivada da atividade agrária mercantil-escravista e da construção de um grupo social intermediário em termos de interesse e que, em breve, se transformaria em um grupo intermediário de poder (FURTADO, 2003).

Em verdade, a questão do surgimento de um grupo intermediário de poder é um fenômeno social relevante da segunda metade do século XIX. Se tomar a obra maior, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (2003), é possível lembrar que, para o autor, a colonização brasileira nas primeiras décadas do século XVI não se deu pela ação do Estado português, mas pela iniciativa particular; indo além, Freyre afirma que foi a família o grande fator colonizador do país. Desta maneira, Freyre nos alerta para o fato de que:

[...] a família colonial reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo e o nepotismo que aqui madrugou. (FREYRE, 2003, p. 85).

Assim, pode-se considerar que, desde os primórdios da colonização, não só se estabeleceu no país um modo de produção escravocrata–agrário–exportador, como também um padrão ou um regime de acumulação que definiu uma estrutura social atípica (para regiões de colônias hispano-portuguesas), levando à mecânica de consolidação das

elites brasileiras e que perdurou até o século XIX (FURTADO, 2003).

Nesse contexto, aceita-se, então, que desde os primeiros anos do século XVI, as elites brasileiras, estruturadas pela lógica das famílias, tivessem, como ensina Freyre (2003), caráter transitório ou permanente e – independentemente de serem locais, regionais ou nacionais – evoluíram e se firmaram como classe dominante pelo binômio trabalho escravo e propriedade da terra. De fato, suas formas de capital e fonte de riqueza, as quais, associadas (com maior ou menor intensidade) à possibilidade de intervir ou, ao menos, influir nas ações e políticas de governo, garantiam-lhes a perenidade da reprodução e acumulação de capital e, por conseguinte, a manutenção de sua preeminência como classe.

### 3 I A TRANSFORMAÇÃO DA COLÔNIA EM METRÓPOLE

Parte desse quadro acima descrito, no entanto, se altera drasticamente quando da chegada da família real portuguesa à cidade do Rio de Janeiro em 1808<sup>2</sup>, pois, como atesta Maria Odila Dias (2005), esse é um momento de inflexão da trajetória brasileira, dada pela chamada inversão metropolitana.

Entretanto, para os fins propostos, limitamo-nos a apontar apenas dois aspectos fundamentais que se estabelecem no país, os quais impõem a adaptação das elites locais e que definem suas novas características. O primeiro diz respeito à autonomia que a cidade do Rio de Janeiro passa a construir, dado o fato, sem precedentes, de a cidade portuária na colônia se transformar em metrópole e tornar-se sua sede do reino de Portugal, o que por si só colocou as elites locais em condição mais destacada dentro dos domínios lusitanos.

O segundo está relacionado à abertura dos portos<sup>3</sup> e, conseqüentemente, à expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços delas derivadas, uma vez que, desde então, a cidade se transforma no grande entreposto do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, movimentando uma enormidade de produtos diversificados. Associado a esse processo, a ordem estabelecida por D. João, príncipe regente, desenvolve um conjunto de ações institucionais e infra estruturais com o objetivo de atender e agilizar os interesses do comércio.

Com efeito, entre 1808 e 1820, há registros de 73 atos, entre eles, alvarás, decretos ou cartas régias (SIMONSEN, 1977, pp. 458-461) que, gradativamente, abandonam as restrições dos comerciantes locais, afastando-os da condição dependente e enfraquecida de colonos e colocando-os em posição privilegiada no processo que se estabelece, obrigando os grupos hegemônicos locais a se adaptarem a novas condições econômicas ou, se preferirmos, ao embrião de um mercado que começa a se formar.

---

2 Por não aderir ao bloqueio continental imposto por Napoleão, Portugal foi invadido pela França e a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil sua colônia. Chegando em Salvador, pouco depois fixou-se no Rio de Janeiro, que passa a ser capital e sede do reino português.

3 O Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas foi promulgado no dia 28 de janeiro de 1808, imediatamente após ao desembarque da família real portuguesa na cidade de Salvador

Para a melhor compreensão desse fenômeno de mudança, valemo-nos da linha de argumentação de Carlos Lessa (2000), que destaca, ao tratar do Rio de Janeiro, que no final do século XVI a cidade era pouco mais que uma guarnição militar, sendo sua localização geográfica e, principalmente, sua potencialidade portuária as únicas razões de seu estabelecimento. De fato, o autor lembra que a própria fundação da cidade se deu pela necessidade de proteger a Baía de Guanabara da incursão francesa. Desde então, o Rio de Janeiro passa a ter papel fundamental nas rotas comerciais de Portugal.

Nesses termos, ainda segundo Lessa (2000), e por motivos evidentes, desde sua criação, a cidade passou a ter papel cada vez relevante na triangulação entre Lisboa e seus outros pontos de interesse comercial. Assim, aos poucos, o Rio de Janeiro foi forjando sua identidade como elemento da lógica de comercialização portuguesa, o que obrigou ou possibilitou a ampliação gradual de sua estrutura de serviços, em algum sentido, gerando e fortalecendo a pequena burguesia plutocrática mercantil lá existente:

Na cidade – epicentro de um sistema de circulação e distribuição – tendem a concentrar-se a riqueza, a renda e os serviços mais avançados. No interior da cidade há sempre a diversificação das atividades produtivas. Nela se robustecem os trabalhos logísticos. Nela desenvolvem-se e localizam-se os serviços para o conjunto de cidades integradas na rede. Estrutura-se a presença do artesanato sofisticado e surge uma poeira de ensaios manufatureiros. Na medida que progride o crescimento urbano, a troca mercantil se amplifica. (LESSA, 2000, p. 147).

Entretanto, caso seja plausível aceitar que no período colonial a interdependência produtiva não era necessariamente sinérgica, a chegada da família real altera essa situação, pois possibilita a constituição de um segmento econômico local relevante, que mescla sua ação em atividades mercantis (já que passam a ser polo de uma malha de comércio internacional), atuando, então, simultaneamente, como agente de viabilização não só da comercialização como também do financiamento da produção agrícola.

Como se sabe, o “regime do exclusivo metropolitano” é a base do pacto colonial, atuando como um mecanismo de monopólio comercial que era fundamental no sistema colonial, pois garantia a transferência para a metrópole dos excedentes (sob a forma de lucro do capital mercantil) obtidos por meio da comercialização dos produtos coloniais no mercado mundial. De fato, a empreitada colonial portuguesa no Brasil, até aquele momento, visava à apropriação rápida de grandes excedentes, obrigando que a economia colonial não só se estruturasse sobre a base do latifúndio monocultor como adotasse formas de trabalho compulsório, criando um padrão mercantil-escravista o qual forçava a colônia a estabelecer um setor de subsistência, visando a baixar o custo da manutenção da força de trabalho escravizada, o que permitia a reprodução de todo o sistema e possibilitava que a fração do excedente que permanecia na colônia se concentrasse nas mãos da pequena camada senhorial.

Porém, a vinda da corte de Portugal para o Rio de Janeiro introduziu novas

relações de produção, inclusive, mesmo que de forma rudimentar, o incremento de atividades econômicas típicas da vida urbana, sendo estas bem mais modernas que as aqui existentes, exigindo o convívio entre uma economia escravocrata-agrário-exportadora com uma estrutura (para os padrões da época) relativamente moderna de comercialização (FURTADO, 2003).

Tal fenômeno se explica pelo fato de que o modelo agrário escravista-exportador pôde se beneficiar das condições da Revolução Industrial, já que, segundo João Manuel Cardoso de Mello (1982), por suas características, seria possível o ingresso brasileiro na Revolução Industrial, mesmo sem industrialização, sem trabalho assalariado ou introdução de máquinas; pelo contrário, mantendo a base agrícola exportadora e o trabalho escravo, uma vez que as condições impostas pela Revolução Industrial para países como o Brasil diziam respeito tão somente ao estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho em que economias periféricas, como a brasileira, precisariam se modernizar para garantir sua participação nos novos fluxos de matérias-primas requeridas por um processo de acumulação que, à época, capitaneado pela Inglaterra, ganhava escala mundial.

Vale destacar, independentemente de juízo de valor, que, em termos meramente conceituais, a escravidão localizada não é, de fato, incompatível com o modo de produção capitalista, pois o critério para se reconhecer um modo de produção escravista não está no número de escravos, mas em sua posição econômica, isto é, na medida em que as classes dominantes deles dependem para assegurar sua riqueza e, com efeito, ao menos por algum espaço de tempo, o regime escravista possibilitava a materialização, em escala, dos citados fluxos de matérias-primas. De toda sorte, reside aqui uma questão central para nossa interpretação, já que “realmente não é obvio que a escravidão seja apenas uma relação de produção” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 106) e como “na plantação, o valor é predominantemente do escravo que se metamorfoseia em outras formas de riqueza: a patrimonial, que é a própria plantação; e a mercantil, o café pronto para a comercialização” (ibidem, p. 107), pode-se afirmar que há, em verdade, uma vulnerabilidade intrínseca e peculiar ao sistema de produção escravista, que só pode ser sanada no bojo de uma sociedade hierárquica e erguida pela lógica do consenso (MATTOS, 1987).

Não se pode deixar de observar que se o escravismo não é, de fato, conflitante com o modo de produção capitalista (PIRES; COSTA, 2000), ele é, sim, incompatível com a forma de desenvolvimento do capitalismo e, portanto, inviável e irremediavelmente fadado ao desaparecimento, o que implica que a classe dominante – no conceito de classe economicamente dominante – para manter e reproduzir não só o modo de produção, como também o formato de sociedade existente no escravismo, necessitava exercer algum poder de Estado ou, se preferirmos, de domínio político, o que explica a formação de um Império centralizador.

Outro aspecto relevante, que é lembrado por Cardoso de Mello (1982), diz respeito à importância do capital mercantil no financiamento da indústria. Destaque-se, para o fim



a que se propõem este trabalho, o que se aprende do professor João Manuel Cardoso de Mello é que a estrutura econômica brasileira do período forma nas bases do tráfico negreiro o capital mercantil, que financiava a plantação ou como casas comissárias (que atuavam como bancos regionais) ou assumindo diretamente o plantio, o que, inegavelmente, não só gerou o progresso da atividade cafeeira como, em algum sentido, remeteu o país para o mundo da divisão internacional do trabalho e da revolução industrial, sem, contudo, ser uma “revolução produtiva”, pelo contrário, de fato, foi uma “*não revolução*”, em que o dinamismo do sistema dependia da oferta regular e contínua de escravos.

Para comprovar o presente argumento, vale mencionar que: “A despeito dos elevados impostos instituídos, então para conter o tráfico, o número de escravos na província do Rio de Janeiro passou de 119 mil, em 1844, para 370 mil em 1877” (BENCHIMOL, 1953, p. 43).

Ao largo da oferta regular de escravos, é importante para os argumentos apresentado por Cardoso de Mello o momento em que as citadas transformações ocorriam. Vivenciava-se uma ocasião peculiar em que, no plano mundial, em vários setores fundamentais, inclusive de bens de produção, predominavam escalas de produção elevadas e estruturas de mercado oligopolizadas. Tais aspectos colocavam em foco problemas quanto à centralização dos capitais necessários, à obtenção de tecnologia e à concentração dos mercados.

Pode-se aceitar, então, que a industrialização, provavelmente, não poderia se fazer sem a intervenção do Estado, articulando os interesses e atraindo tecnologia e capital necessários, visto que os principais determinantes da dinâmica econômica são o investimento e o progresso técnico. Mas, acima de tudo ou apesar de tudo, a economia brasileira avançava paulatinamente, posto que o envolvimento brasileiro na revolução industrial que, como apresentado, ocorreu sem industrialização, sem trabalho assalariado e sem modernização tecnológica ou implantação de máquinas, não impediu que a economia cafeeira se intensificasse no terceiro quartel do século XIX.

Graças ao café, o Brasil manteve suas exportações elevadas, cujo volume físico na primeira década do período cresceu em 214%, enquanto o preço médio da pauta crescia quase 50%, de tal sorte que o superávit comercial se avolumou, empurrando a produção nacional que ascende de 50 para 500 mil contos do início ao fim da monarquia. Vale destacar o crescimento da economia cafeeira, que em 1821 gerou a exportação de 129 mil sacas, saltando para 1.383 mil sacas em 1840 (LESSA, 2000).

Para além dos volumes produzidos, o café possibilitou crescimento da renda, não só para a região cafeeira, como para o país como um todo. Celso Furtado (2003) estimou um crescimento de 2,3% da renda per capita da região cafeeira na segunda metade do século, e uma taxa de 1,5% ao ano para o restante do país. Tal fenômeno, guardadas as devidas e necessárias restrições para o caso de um país essencialmente agrícola, deu-se acompanhado pela relativa expansão do setor manufatureiro, que em muito se deveu ao estabelecimento de políticas tarifárias protecionistas. Não sem motivo Caio Prado Jr. nos

alerta que:

No Brasil inaugura-se um novo plano que desconhecera no passado, e nascia para ávida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e de certo artificialismo, assimila assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado representa ponto de partida para uma nova fase inteiramente nova. (PRADO JR., 2008, p.193).

#### 4 | UMA SUTIL ALTERAÇÃO NAS DINÂMICAS MERCANTIS E ESCRAVISTAS

Os anos de prosperidade econômica, ao estabelecer novas e bem-sucedidas condições econômicas, começam a criar relações sociais de produção que se distanciam das relações típicas e que davam forma à agricultura mercantil-escravista; novos atores entram em cena e mesmo os atores já existentes consolidam seu papel e passam a ganhar relevância. Assim, os centros urbanos, notadamente a cidade do Rio de Janeiro, metrópole e grande empório do comércio de café, modernizou-se rapidamente, ampliando o mercado de consumo interno, até então incipiente, conferindo prestígio à burguesia urbana que nela operava.

Inicia-se, portanto, mais que uma transformação social. Constitui-se gradualmente um novo mercado (em termos de diferenciação) e uma nova divisão do trabalho, que a propósito se intensifica com a promulgação da lei Eusébio de Queirós, que em 1850 aboliu o tráfico negreiro, liberando capitais para outras atividades, o que estimulou ainda mais os negócios urbanos no Brasil e, principalmente, obrigou a implantação do trabalho assalariado em diversas regiões do país e nos mais diversos campos de atividades, inclusive na indústria de café, mormente, no oeste paulista.

Em verdade, é um período em que dois fatores são marcantes e, em certo sentido, caracterizam a economia da época: o aumento da importância relativa do trabalho assalariado (notadamente de imigrantes) e a gestação do mercado interno.

A Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871), sancionada pela Princesa Isabel, regente do Império, estabeleceu que ninguém mais nasceria escravo no Brasil, gerando uma importância ainda maior para o trabalho assalariado (CARNEIRO, 1980). No entanto, em 1872, relevante parte da população ainda era escrava, mais especificamente a população do Brasil, de acordo com o Censo Demográfico (1872), era de 9.930.478, sendo 1.510.806 escrava (15,21%). A maioria da população era composta por lavradores (3.037.466) ou atuavam em serviços domésticos (1.045.615) (IBGE, 2022).

Frente a essas novas condições, o país como um todo cresceu e diversas atividades ganharam robustez, entre elas a fabril, aquelas ligadas à comercialização e mesmo as financeiras, o que fez expandir mais ainda o mercado interno de consumo assalariado e o poder econômico da burguesia urbana brasileira.

Entretanto, na economia brasileira oitocentista, com importações elevadas, o desequilíbrio do balanço comercial agravava-se nas baixas repentinas dos preços das matérias-primas fornecidas ao mercado internacional. Contudo, com a expiração do Tratado de Comércio<sup>4</sup> em 1844, o governo imperial conseguiu adotar uma nova política, baseada em tarifas que protegessem a implantação de indústrias locais (que ficaram conhecidas como tarifas Alves Branco), além de promover uma série de reformas tributárias ao longo das décadas 1850-60. Essas reformas reduziram os impostos de exportação, aumentaram os de importação e remodelaram outras cobranças, o que, associado ao crescimento da economia cafeeira não só permitiu a implantação de novos setores produtivos como, também, o aumento de arrecadação do Estado e, conseqüentemente, a estabilidade das instituições. Em verdade, o período é marcado por uma significativa tranquilidade política, sendo que o fim dos conflitos ou revoltas<sup>5</sup> e a organização do parlamentarismo (mesmo que às avessas<sup>6</sup>) foram os principais agentes dessa estabilidade.

Por seu turno, a consolidação econômica no período possibilitou concomitantemente um processo de modernização da estrutura administrativa da máquina pública e a implementação de uma política de Estado na qual as reformas jurídicas e institucionais ganharam destaque, sendo, por exemplo, que a partir da adoção do Código Comercial, em 1850, foi possível melhor organizar o setor produtivo e tornar mais dinâmica a economia brasileira a par de dotar de maior racionalidade e segurança as atividades.

Em um contexto mais amplo de mudanças institucionais, duas leis merecem destaque e terão importância ímpar no embrião da lógica capitalista que se inicia: a Lei de Terras (de 1850) e a Lei Hipotecária (de 1864), pois:

A Lei de Terras foi um fator importante para a transformação da propriedade da terra seguindo os critérios capitalistas (...) Foi introduzido, então, nas transações de aquisição de uma propriedade rural o valor monetário (...) Com essa transformação mudava também a mentalidade do proprietário rural. Com a Lei Hipotecária de 24/09/1864, completava-se a inserção da terra no cenário comercial, pois dava aos grandes proprietários a condição necessária para a aquisição de empréstimos para a expansão de suas lavouras e para tornar a sua terra produtiva, além de garantir os interesses de seus financiadores (...) Desta forma, o latifúndio cafeeiro foi se organizando em bases capitalistas. (AQUINO et alii, 2006, pp. 551-552).

Porém, o apogeu do período começa a declinar com o abalo provocado pelas quebras no comércio e na indústria em 1856. Cabe observar que há várias interpretações sobre a origem da crise, contudo, para os fins aqui propostos, podemos apenas lembrar

4 Assinado em 1820 e renovado em 1827 o Tratado de Comércio garantia vantagens tributárias para as mercadorias britânicas, dentre outras, a exclusão das manufaturas inglesas das tarifas alfandegárias de 24% *ad valorem*, estabelecidas por decreto de 30 de dezembro de 1822.

5 Cabanagem (1835-40); Sabinada (1837-38); Baianada (1838-40); Malês (1835) e Guerra dos Farrapos (1835-45)

6 Adotado em 1847, criando o cargo de presidente do Conselho de Ministros (equivalente a Primeiro-Ministro), o parlamentarismo brasileiro não se constituiu nos moldes da prática parlamentarista tradicional, na qual o Poder Legislativo controlava o Executivo. Ao contrário, aqui o ministério se ligava diretamente ao Poder Moderador, a quem prestava contas, e o legislativo pouco ou nada podia em termos de controle do Gabinete. Por esse motivo, a prática adotada no Brasil ganhou o nome de *parlamentarismo às avessas*.

como certo que, nos meses que antecederam setembro de 1864, o café havia caído 15 pontos nas Bolsas de Mercadoria de Londres e Nova Iorque e o açúcar, mais de 30. O câmbio, contudo, manteve-se estável e o governo tinha definido os limites do socorro tecnicamente possível de ser prestado pelo Banco do Brasil, sendo que algumas casas bancárias já o haviam ultrapassado. Uma delas, a Antônio José Alves Souto & Cia, das mais importantes do país, não pôde mais honrar os saques e fechou suas portas no dia 10 de setembro de 1864<sup>7</sup>.

Para evitar falências em cascata, o governo decretou a suspensão por 60 dias de todos os vencimentos, além de dar curso forçado às cédulas emitidas pelo Banco do Brasil. Mesmo assim, a falência do Souto foi a primeira de várias que se sucederam até março de 1865. Houve queda do movimento comercial, baixa dos valores dos imóveis e nas cotações das ações de companhias, inclusive das ações do Banco do Brasil, além do aumento extraordinário da circulação fiduciária.

De fato, a “quebra do Souto” foi o prenúncio de outras crises que viriam. Em maio de 1875, novamente se deteriora a situação financeira e, desta vez, ameaça o país inteiro. O Banco Mauá-MacGregor entra em moratória, na sequência o Banco Nacional suspende os pagamentos, e finalmente, o Banco Alemão também se vê obrigado a fechar as portas. Como vimos, os bancos da época estavam ligados ao monopólio comercial (como era o caso da Casa Souto) ou ao esboço de indústria manufatureira existente no país (como o Mauá-MacGregor), pode-se supor, nesse sentido, que a crise e a insolvência se propagaram, impactando os tradicionais produtores agrícolas.

Tal momento de crise se agrava pela dificuldade da elite econômica cafeeira tradicional que, como indústria, durante décadas, havia burlado, sempre com sucesso, as restrições e a situação de grande endividamento, sendo certo que se financiava pela lógica de geração de valor no escravismo. De fato, como padrão de conduta não se havia modernizado a lavoura cafeeira que, mesmo diante de queda de produtividade, buscava recursos para diminuir posições passivas.

Em sentido oposto, é importante destacar que, concomitantemente a todo esse processo, pouco antes desse período de crise, teve início a expansão de atividades mais modernas e rentáveis oriundas da emergência do setor industrial, de serviços e de comércio voltado ao ambiente urbano, o que firmou um novo segmento da elite com características próprias e distintas dos cafeeiros tradicionais:

Embora, como grupo, (...) não foi uma classe homogênea. Continha uma elite de funcionários públicos, médicos, advogados, professores, padres, oficiais militares e uma grande classe mercantil, que eram ricos mesmo pelos padrões dos mais ricos lavradores e fazendeiros. (...) Muitos deles, provavelmente também possuíam terras mas sua profissão principal não era a agricultura. (LUNA, 2005, p. 228).

---

<sup>7</sup> A importância da Casa Bancária era tanta que sua falência ficou famosa na história econômica brasileira, conhecida como a “quebra do Souto”.

Assim, podemos considerar que a transição das relações sociais erguidas pelo consenso começa a migrar para uma sociedade fundada no conflito de interesse, típico das relações de produção baseadas no capital industrial, que altera radicalmente a forma de subsunção do trabalho.

Desta maneira, seja por dimensões objetivas ou subjetivas, o efeito das transformações é que um novo segmento da elite assume que novos conceitos de *ordem* e *civilização* devem ser engendrados, entretanto, passa a estar focada numa sociedade erguida pelo *conflito* que se tipifica não só em um sistema de produção, mas também pelo projeto modernizador e civilizatório da sociedade.

## 5 | CONCLUSÃO

Entende-se que a análise apresentada permite ponderar que as ações praticadas por alguns da elite imperial tinham objetivos claros, no sentido de estabelecer ou difundir padrões de sociabilidade, buscando transformações na lógica social brasileira que, após a Independência, vivenciava uma realidade dual ou antagônica, pois, ao mesmo tempo em que preservava aspectos do passado colonial (latifúndio, monocultura e escravismo), via – graças à emergência do café – sua realidade econômica tornar-se mais dinâmica e gradualmente mais extratificada.

Tal fato nos permite assumir que o segmento da elite imperial, culto e cosmopolita, embora vinculada aos interesses da agricultura mercantil-escravista, pelo fortalecimento progressivo de seus laços com a camada burguesa e burocrática local que emergia (derivadas da ampliação de setores de serviços e de outras indústrias nascentes), se preparou para alguma espécie de renovação. Tais aspectos nos permite perceber que segmentos da elite se ajustaram periodicamente – com maior ou menor velocidade – às novas (ou modernas) exigências decorrentes das relações sociais de produção que se estabeleceram gradualmente ao longo do Império. Visto de hoje, tal processo poderia ser explicado pelo fenômeno da “circulação das elites” (PARETO *apud* RODRIGUES, 1984), porém não no sentido renovação de quadros, mas no de adaptação dos quadros.

Assim, todos se veem impelidos a aceitar que parte da elite imperial criou os meios para manter-se como classe dirigente política, mesmo diante da inevitável fragmentação da sociedade do consenso e do surgimento de uma ordem social competitiva, derivada da modernização das relações de mercado.

É importante destacar que essa constatação não pretende apresentar a existência de antagonismos entre os segmentos da elite imperial que, em verdade, mantinham uma relação simbiótica, uma espécie de unidade entre contrários, na qual, inclusive, reside a originalidade daquele momento histórico. Pelo contrário, aceita-se como premissa aquilo que afirma Fernando Novais, ou seja, que o caráter mercantil, baseado na acumulação primitiva do capital, desde a colonização brasileira, tornou-se, no período, absolutamente

consolidado (NOVAIS, 1979). Sendo assim, manter o tecido social interessava, mesmo que por motivos diferentes, a todos os grupamentos da classe dominante, que, portanto, e para tanto, se uniam.

Por fim, destaca-se a importância de avançar o presente debate, em termos das diferenças raciais e econômicas impostas por uma sociedade erguida pelo trabalho escravo no tocante a atual discussão sobre o desafio dos regimes democráticos como apresentadas por Levitsky e Ziblatt (2018, p. 218): “Poucas sociedades conseguiram ser multirraciais e genuinamente democráticas”.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. M. A propósito de rebelião e trabalho escravo. **Encontros com a civilização brasileira**, nº 5, 1978.

AQUINO, R. et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BENCHIMOL, J. **Pereira Passos**: Um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1953.

CARDOSO DE MELLO, J.M. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense. 1982.

CARNEIRO, E. A Lei do Ventre-livre. **Afro-Ásia**, n. 13, 1980.

DIAS, M. O. A interiorização da metrópole (1808- 1853). In: MATA, C. G. (org.) 1822. **Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala** – Formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Ed. Global, 2003.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2003.

HARTUNG, J.; KNAPP, G.; SINHA, B. K. **Statistical Meta-Analysis with Applications**. Book Series: Wiley Series in Probability and Statistics. Published Online: 27 Aug 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis** (uma reflexão em busca de auto-estima). Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUNA, F. V. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo (1759 – 1850)**. São Paulo: Ed. USP, 2005.

MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. Brasília: INL, 1987.

NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808)**. São Paulo: Hucitec.1979.

PIRES M. P.; COSTA, I.O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos Avançado**,14 (38), 2000.

PRADO JÚNIOR. C. **Evolução política do Brasil** – Colônia e império. São Paulo, Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, J.A (Org.). **Vilfredo Pareto**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.

SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil**: 1500/1820. Brasília: Editora Nacional, 1977.

TARQUINIO DE SOUZA, O. **História dos fundadores do império do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1957.

TORRES, J. C. O. **Os construtores do Império**: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 1968.

# AVALIAÇÃO DA POUPANÇA E CRÉDITOS RURAIS NA PROVÍNCIA DE NAMPULA: UM ENFOQUE NA INCLUSÃO FINANCEIRA DO GRUPO DE POUPANÇA MÃE ORGANIZA-MOGOVOLAS

*Data de aceite: 01/09/2023*

### **Abudo Sadate Ucade**

Estudante de curso de MBA na Universidade Católica de Moçambique, Licenciado em Economia com Habilitações em Planificação Económica Nampula-Moçambique

**RESUMO:** O objectivo deste artigo visa avaliar a poupança e crédito rural na província de Nampula com enfoque na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva e a técnica utilizada para a obtenção dos dados foi o estudo de caso. Os dados foram tratados por meio de análise quantitativa. O universo desta pesquisa foi de 30 colaboradores do grupo de poupança e a sua amostra foi de 19 feita de uma escolha aleatória simples. O questionário foi avaliado por meio de coeficiente alfa de Cronbach que resultou em 0,745 de grau de confiabilidade na escala de Likert. Os resultados demonstram que a pesquisa contou maioritariamente com colaboradores com 9 anos e mais no grupo correspondente a 53% e menor número no intervalo de 0 a 2 anos correspondente a 5%. O

grupo nunca ouviu falar sobre a inclusão financeira em 84% dos seus colaboradores e os que já ouviram em 14%. As causas mais relevantes que levam o grupo de poupança a sua exclusão financeira ou a não aderir pelos serviços financeiros é por falta de confiança ou incerteza pelos sistemas financeiros numa porção de 37% e dos sistemas burocráticos das instituições financeiras também em 37%. O grupo de poupança funciona através do ciclo de poupança na porção de 58% e 21% por meios de créditos rotativos; 16% por meio de alocação de recursos financeiros e por fim, 5% por meio de transações financeiras. O grupo contribui mais com taxas de juros de crédito acessíveis em 32% e contribui menos na regulamentação e circulação das moedas em zonas rurais em 10%. O grupo de poupança para a inclusão financeira impactou mais em 53% na melhoria da qualidade de vida e impactou menos na facilidade no acesso aos serviços de poupança e crédito em 11% e expansão dos serviços financeiros também em 11%. Contudo, para adopção do grupo de poupança na inclusão financeira, são necessários imensos esforços conjuntos para que as instituições financeiras sejam abrangentes no alargamento aos serviços



financeiros.

**PALAVRAS-CHAVE:** grupo de poupança, inclusão financeira.

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to assess rural saving end loan in Nampula province with focus on the financial inclusion of the mother savings organization group-Mogovolvas. The study was conducted through a descriptive research and the technique used to obtain the data was the case study. The data were analyzed quantitatively and 30 members from the savings group as the universe and its sample was 19 made of a simple random choice. The questionnaire was conducted by means of Cronbach's alpha coefficient, which resulted in a reliability level of 0,745 on the Likert scale. The results show that the survey had a majority of members aged 9 corresponding to 53% and a smaller number between 0 to 2 years rang corresponding to 5%. It appears that 84% of the group members have never heard about financial inclusion against 14% of those who have heard. The most relevant causes that lead the saving group to their financial exclusion or to not adhere to financial services is lack of confidence or uncertainty by the financial systems which resulted in 37% and the bureaucratic systems of the financial institutions which also resulted 37%. The research shows that 58% of the saving group works through the saving cycle and 21% by means revolving credit, 16% by means of allocation of financial resources and finally 5% through financial transactions. The group contributes most with credit interest rates at 32% and contributes less to the regulation and circulation of currencies in rural areas at 10%. The saving for financial inclusion group has impacted the most on improving the quality of life in rural areas by 53%. More on improving quality of life by 53% and impacted less on eases access to savings and credit services by 11% and expansion of financial services also by 11%. However, for adoption of the savings for financial inclusion group, immense joint efforts are needed for financial institutions to be comprehensive in extension of financial services.

**KEYWORDS:** savings group, financial inclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

Segundo a Estratégia para o desenvolvimento do sector financeiro (2013-2022), diz que em Moçambique apesar do aumento verificado no número de instituições financeiras, no período de 2003 a 2012, as instituições financeiras licenciados ainda não servem a maior parte da população do país, sendo que as populações rurais são as que menos acessos têm aos serviços financeiros. A cobertura do sistema bancário tem aumentado, no entanto o acesso aos serviços financeiros continua a ser baixo e fragmentado.

Segundo Banco de Moçambique, (2013, Cit em EDSF,2013-2022), diz que em Moçambique nas áreas rurais o problema do acesso aos serviços financeiros é muito mais preocupante em relação às áreas urbanas do país. A cobertura dos Bancos nas zonas rurais é muito baixa. A cobertura nos distritos por agências passou de 27 distritos (21%) em 2005 para 63 distritos (49%) em 2012. Em termos demográficos, a média do país subiu de 2,9 balcões por 100 mil habitantes em 2005 para 4,1% balcões por mesma medida em 2012.

Em Moçambique quase metade das pessoas com acesso a serviços financeiros formais em áreas rurais gastam mais de 2 horas para chegar a uma instituição financeira, com mais de um terço a gastar mais de 3 horas ou até mesmo o dia inteiro. (EDSF,2013-2022).

A título de Exemplo, só o Banco Mundial tem mais de 900 instituições e fundos em mais de 70 países comprometidos a alcançar a meta de inclusão financeira universal ate 2025 (Banco Mundial,2013)

Manandhar e Pradhan (2005) indicam que o acesso aos serviços financeiros permite que as entidades de baixa renda, melhorem sua qualidade de vida através do auto emprego. Essas experiências sugerem que o acesso aos serviços financeiros auxilia as entidades de baixa renda a suavizar o seu consumo e a construir seus activos físicos e sociais, o que melhora a sua capacidade produtiva.

Além disso, tal como em outros países em desenvolvimento, os serviços financeiros em Moçambique são confrontados com algumas dificuldades tais como a estrutura organizacional deficiente, concorrência desleal, fraca capacidade institucional, baixas taxas de reembolso, falta de cumprimento dos contratos, estratégias limitadas para desenvolver serviços financeiros que atendam às necessidades dos clientes e alguns dos serviços são impulsionados pelos doadores, o que limita a sua durabilidade e sustentabilidade (Josefa, 2011). Estas limitações traduzem-se em fraco acesso aos serviços financeiros por parte da população Moçambicana.

Diante dos argumentos acima descritos, surge a seguinte questão de partida: Como a poupança e créditos rurais na Província de Nampula pode influenciar na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas? Foi neste contexto que o presente trabalho tem como objectivo: Avaliar a poupança e crédito rural na província de Nampula do enfoque na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. Portanto, Mogovolas é um Distrito da Província de Nampula de País Moçambique.

O tema torna-se relevante pelo facto de ser uma temática com muita frequência de debates entre as entidades financeiras e de crédito, comunidade académica e sociedade no geral, pois precisam desta pesquisa para garantir a sustentabilidade do sector financeiro em Moçambique. Por outro lado, são os fenômenos vivenciados pelo autor em que por meio de convívio com a comunidade observou cenários em que as comunidades eram movidas pelos desejos de ter acesso aos serviços financeiros ou fazer parte dum sistema financeiro a fim de satisfazer os seus anseios, mas devido a sua incapacidade financeira e burocrática exigida pelas entidades financeiras e/ou de crédito, foram excluídos da possibilidade de aderir aos serviços financeiros.

A pesquisa assenta-se na abordagem quantitativa. Segundo Fortin (2003) O método de investigação quantitativa é um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação de factos objectivos, de acontecimentos e de fenômenos que existem independentemente do investigador.” (p. 22)

Quanto aos objectivos optou-se pela pesquisa descritiva que segundo Vilelas (2009) “Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades importantes das pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenómeno que seja submetido a análise. Avaliam diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenómeno ou fenómenos a investigar” (p. 122)

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa é de estudo de casos, Segundo Vilelas (2009), “Os estudos de casos enquadram-se numa abordagem qualitativa e são frequentemente utilizados para a obtenção de dados na área dos estudos organizacionais, são um tipo de estudos muito particulares e que, para serem eficientes, terão de ter o seu objeto bem definido, devendo o caso escolhido ser representativo do problema ou fenómeno a estudar, os materiais e dados ser recolhidos com precaução, a sua linguagem, clara e homogénea, e as conclusões produzidas ser bem explícitas, constituindo novas informações.” (p.140).

O universo desta pesquisa foi de 30 colaboradores do grupo de poupança que na visão de Lakatos e Marconi, (2003), o universo ou a população-alvo é “o conjunto dos seres animados e inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum” (p. 225). E a amostra foi de 19 colaboradores feita de uma escolha aleatória simples devido a disponibilidade dos seus membros, que segundo Lakatos e Marconi, (2003), referem que amostra é uma pequena parte representativa do universo ou da população, no qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população, podendo a amostra ser probabilística e não probabilística.

Para a validação do questionário foi usado o coeficiente alfa de Cronbach na escala de Likert de intervalo de 5 pontos que resultou em 0,745 em termos de grau de confiabilidade.

Segundo Cronbach (1951) o seu coeficiente  $\alpha$  mede a correlação entre respostas em um questionário através de análise das respostas dadas pelos respondentes, apresentando uma correlação média entre as perguntas. O coeficiente  $\alpha$  é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos itens de um questionário que utilizem a mesma escala de medição.

Segundo Likert (1932) a sua escala de 5 pontos que, hoje em dia, é amplamente utilizada. Estas escalas variam desde um grupo de tópicos genéricos até ao mais específico que podem às pessoas que indiquem o quanto concordam ou discordam, aprovam ou desaprovam, ou acreditam que é verdadeiro ou falso.

### Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,678	,745	6

Tabela 1: Coeficiente alfa de Cronbach na escala de Likert.

Fonte: Autor (2023)

Neste contexto, o coeficiente alfa de Cronbach é 0,745, indicando consistência interna substancial dos itens do questionário relacionados a inclusão financeira de grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. Isso sugere que os itens estão medindo de forma consistente do construto da inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas.

Colab	Perg-1	Perg-2	Perg-3	Perg-4	Perg-5	Perg-6
Colab-1	0	0	0	0	0	0
Colab-2	2	3	0	3	1	3
Colab-3	1	0	3	2	1	3
Colab-4	2	0	0	1	0	1
Colab-5	2	1	1	2	1	3
Colab-6	1	2	1	1	1	3
Colab-7	2	3	1	1	1	1
Colab-8	2	2	2	2	1	3
Colab-9	2	3	2	2	0	3
Colab-10	2	3	4	1	1	1
Colab-11	3	3	2	2	1	2
Colab-12	3	2	3	2	1	3
Colab-13	3	3	3	1	1	2
Colab-14	4	3	0	2	1	2
Colab-15	3	3	3	2	1	3
Colab-16	3	3	3	2	1	3
Colab-17	3	3	3	2	1	2
Colab-18	4	0	4	3	1	2
Colab-19	3	3	2	0	1	3

Tabela 2: Planilha de perguntas (Perg) e seus colaboradores (Colab)

Fonte: Autor (2023)

A tabela 2 salienta que as perguntas são constituídas em número de 6 do tipo fechadas com as suas respetivas alíneas.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

Os Grupos de poupança e crédito rural são um conjunto de pessoas que se reúnem por afinidade, vizinhança ou associativismo em actividades socioeconômicas para realizarem operações de poupança, credito e pagamento de juros associados ao crédito (Allen e Staehle, 2011).

Segundo Ali e Ibraimo (2014) conceituam os grupos de poupança e crédito rotativo são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais. A sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, (p.137).

Alinhado a esses pensamentos podemos afirmar que os grupos de Poupança são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais. A sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, uma metodologia que permite substituir as garantias formais por garantias morais.

Segundo Carrilho e Teyssier (2011), em Moçambique, o modelo de grupos de poupança e crédito começou por ser implementado na altura em que a lei bancária não autorizava a captação de poupanças ao nível associativo, e os primeiros grupos de poupança e crédito trabalhavam na realidade, com empréstimos do projeto promotor Caixa Comunitária de Crédito e Poupança (CCCP).

Autores como Ali e Ibraimo (2014) afirmam que foi por volta da década 90 que a criação destes grupos teve de entre outros, como objetivo promover o acesso da população de baixa renda e excluída do sistema financeiro formal (SFF) com maior ênfase nas mulheres. A promoção destes grupos já vinha sendo desenvolvida pela Cooperative for American Remittances to Europe (CARE) na África Oriental.

Segundo estes autores, esses grupos iniciais estavam organizados ao nível comunitário, numa aldeia e ou nas zonas rurais, e eram concebidas como instituições autónomas legalmente constituídas. Este modelo de “micro finanças descentralizadas” é particularmente bem adaptado paras zonas rurais, de acesso mais difícil ao crédito e de custos de atendimento mais caros que as zonas urbanas.

De acordo com Rodrigo (2000) no meio rural a vida baixa reveste formas mais visíveis e extrema de exclusão. A baixa renda rural afeta diversos grupos sociais, refletindo problemas associados a baixo rendimento e desemprego, a falta de qualificações, a precariedade do emprego as situações de doença, problemáticas sócias diversas.

Alinhado ao pensamento de Rodrigo a persistência da vida baixa nas sociedades moçambicana e de necessidades essenciais não satisfeita, o aumento das desigualdade e

a permanência das práticas de violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, a privação de espaços públicos e estigmatizarão de espaços populares estão ligados a questão da pobreza urbana.

## 2.1 Finanças pessoais

De acordo com Matsumoto et al. (2013), o tema finanças pessoais trata de como indivíduo ou família administra a renda. A todo momento o indivíduo tem de tomar decisões financeiras e essas terão impacto na vida pessoal.

De acordo com Pires (2006) as finanças pessoais dizem respeito as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários á satisfação das necessidades e desejos individuais.

Desta forma, entende-se que finanças pessoais está focado ao comportamento financeiro das pessoas ou das famílias de como elas agem quando tem ou não dinheiro em um determinado período de tempo, com objectivo de maximizar o seu património.

## 2.2 Poupança

Faria (2000) define poupança como sendo a ferramenta fundamental para a geração de investimento, consumo futuro, bem-estar social, e de ser o garante para a velhice.

Segundo Albergoni (2012) define poupança como sendo a diferença existente entre o rendimento (produto) e o consumo por parte das famílias. (p.194).

Deste modo, poupança é a diferença entre o rendimento disponível e a despesa em bens de consumo, por meios utilizados para poupar com fim de manter uma quantia de dinheiro em uma conta de depósito bancário, investir ou guardar o valor em um local seguro para um consumo futuro.

## 2.3 Inclusão financeira

A inclusão financeira é um tema que tem ganhado destaque em Moçambique e no mundo em geral, notadamente pelo papel de fomentar o desenvolvimento econômico e social por meio da inclusão da população de baixa renda nos mercados de serviços financeiros, como: crédito, seguros e poupança. No entanto, não há um consenso quando a sua definição, diversos países formulam seus próprios conceitos. Mas de uma forma geral as definições se norteiam em três dimensões: acesso, uso e qualidade. Onde o acesso refere-se a disponibilidade de produtos e serviços financeiros oferecido pelas instituições. O uso está relacionado a extinção e profundidade de uso desses produtos e ou serviços financeiros. Já a qualidade refere-se a relevância dos mesmos para a vida diária do consumidor. (Santos, 2010).

Porém, para que essa inclusão realmente ocorra e de forma adequada, é necessário oferecer educação financeira, pois a falta de conhecimento no assunto dificulta o uso e contribui para que continue á margem do sistema (Sela, 2017).

Gonçalves (2015), define inclusão financeira como sendo o processo de efetivo

acesso e uso pela população de serviços adequados às suas necessidades contribuindo para a qualidade de vida.

A inclusão financeira pode ser compreendida como um processo no qual indivíduos e empresas tenham a possibilidade de acesso e de utilização de produtos e serviços fornecidos pelo sistema financeiro formal, e que sejam adequados e sustentáveis para o atendimento da demanda em suas reais necessidades (Magalhães et al., 2018).

Deste modo, entende-se que a inclusão financeira é quando as pessoas tem como acesso aos produtos e serviços financeiros bancários, podendo a população alcançar um maior bem-estar financeiro.

## **2.4 Atividades desenvolvidas pelo grupo de poupança**

As actividades desenvolvidas pelos grupos de poupança incluindo os deveres e direitos dos membros são reguladas pelo regulamento/estatuto interno. No caso em análise, o grupo têm um regulamento/estatuto próprio que foi elaborado pelos membros do grupo e foi reconhecido pelas entidades legais. O regulamento/estatuto é um documento orientador sobre o funcionamento do grupo e também prevê sanções aos membros em caso de incumprimento das normas.

As actividades de poupança são desenvolvidas semanalmente durante as reuniões semanais do grupo. De notar que o grupo estabeleceu um dia dentro da semana em que os membros se encontram para poupar e para emprestar dinheiro (crédito). A participação a estas reuniões é obrigatória salvo casos de força maior e tal como está prevista no regulamento/estatuto do grupo.

Os membros que faltam as reuniões do grupo sem justificação prevista nos regulamentos/estatutos são sujeitos ao pagamento de multa no valor de 5 meticais. O regulamento prevê um máximo de 3 faltas injustificadas por membro, sujeitas ao pagamento de multa, após quais os membros pode ser afastado do grupo.

Os valores poupados semanalmente por cada membro do grupo variam geralmente de 10 a 500 meticais no mínimo, em função das disponibilidades financeiras do membro. Para além deste valor, os membros são obrigados a contribuir o valor do fundo social que varia de 5 a 10 Meticais semanalmente, que é usado para questões de emergência como doenças ou infelicidades.

Os fundos de poupança, juros e fundo social são guardados numa mala de madeira que é fechada por 2 cadeados. A mala é guardada por um membro de confiança (Guarda mala) e as chaves por outras duas pessoas (Guarda chaves) cabendo a cada um uma chave. Este arranjo faz com que sejam necessárias 3 pessoas para abrirem a mala, o que melhora, até certo ponto, a segurança dos depósitos.

Quando o grupo dispõe de recursos financeiros suficientes, concede créditos aos seus membros. De notar que o crédito é somente concedido aos membros do grupo a uma taxa de juro previamente acordada no grupo. As actividades de poupança e crédito

decorem durante um ciclo que normalmente varia entre 8 e 12 meses. No fim do ciclo, os membros dividem o valor total da poupança e juros gerado pelo grupo.

Durante a divisão, o membro recebe o valor poupado e uma parte do dinheiro. A divisão dos lucros depende da quantia que cada membro poupou quanto maior for o seu valor maior serão os lucros gerado pelo grupo através de taxa de juros a empréstimos. A divisão do valor dos juros é feita de uma forma proporcional, cabendo a cada membro a percentagem do seu valor poupado em termos de valor total poupado pelo grupo. Por exemplo, se o valor total poupado por um determinado membro é de 1% do valor total poupado pelo grupo, o membro recebe o valor correspondente a 1% do valor total dos juros gerado pelo grupo. Este procedimento beneficia aos membros com maior poupança relativamente aos que menos poupam mas que se beneficiam dos empréstimos no grupo e pagam. Deste modo, o grupo procura incentivar a poupança no lugar do empréstimo (crédito).

### 3 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

#### 3.1 Análise de permanência de tempo no grupo poupança

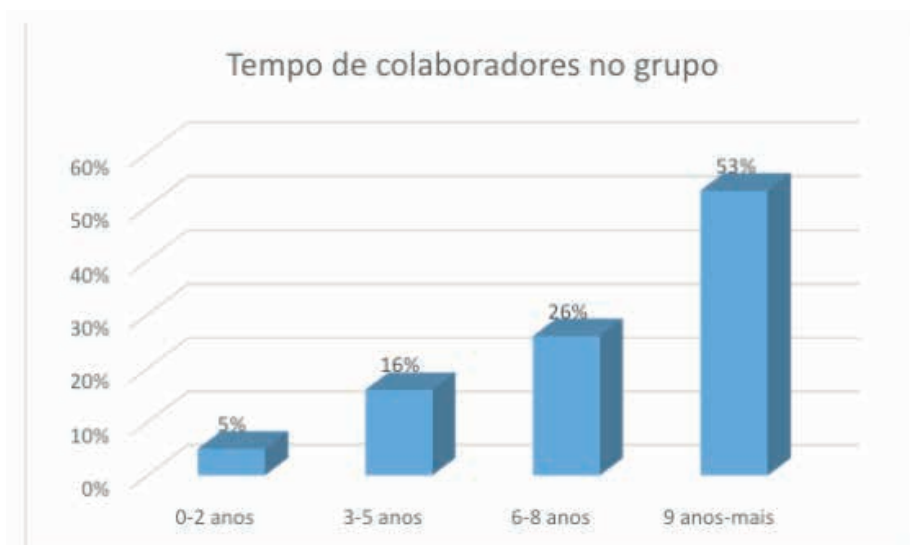


Gráfico 1: Distribuição percentual do tempo dos colaboradores no grupo

Fonte: Autor (2023)

Conforme o gráfico acima apresentado, observou-se que, a pesquisa contou maioritariamente com colaboradores que se caracterizavam com 9 anos e mais, correspondentes a 53%, também contou com colaboradores que estão de 6 a 8 anos no grupo de poupança correspondentes a 26%, também contou com 16% dos colaboradores que se



encontra de 3 a 5 anos no grupo, e por fim, a pesquisa contou com 5% dos colaboradores que estão de 0 a 2 anos no grupo. Os dados aqui apresentados, demonstram-nos que de facto a pesquisa contou com entidades que possuem alguma experiência no grupo, assim tornando as suas respostas relevantes e credíveis.

### 3.2 Grupos de poupança e créditos rurais como opção para inclusão financeira

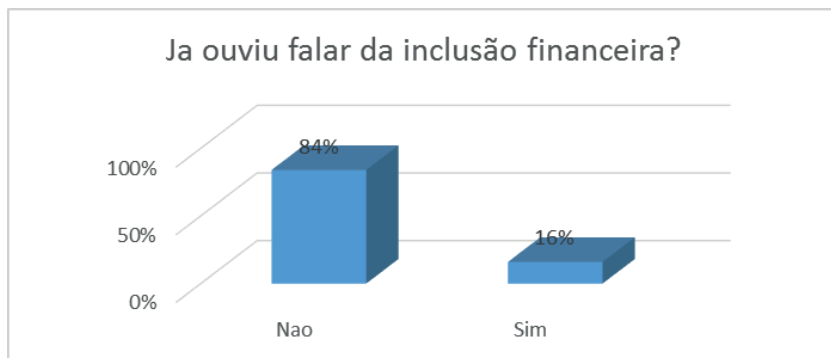


Gráfico 2: Distribuição percentual dos colaboradores se já ouviram falar da inclusão financeira.

Fonte: Autor (2023)

Conforme é observado no gráfico acima, constatou-se que a maioria dos colaboradores não têm noções sobre a inclusão financeira correspondente a 84%. E 16% dos colaboradores já ouviram falar da inclusão financeira. O estudo mostra que a maior parte do grupo não têm a noção sobre a inclusão financeira, apesar dos mesmos estarem inseridos no grupo.

### 3.3 Causas que lhes levam a não aderir aos serviços financeiros

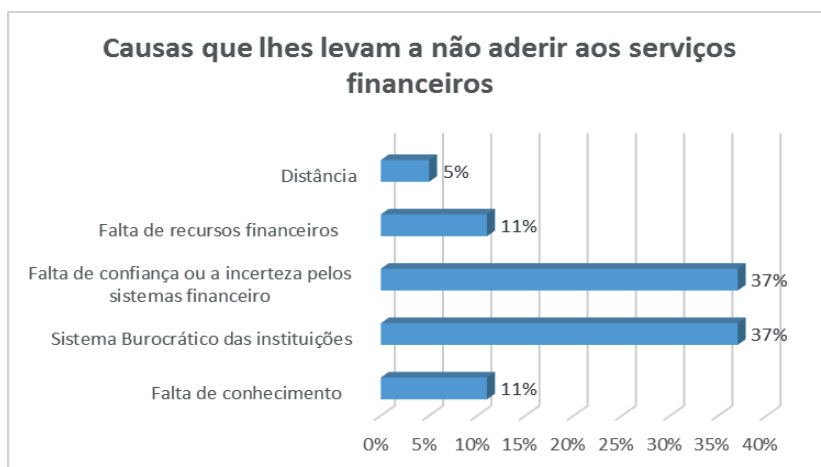


Gráfico 3: Distribuição percentual sobre as causas da exclusão financeira

Fonte: Autor (2023)

De acordo com o gráfico acima ilustrado, pode se observar que uma maior parte dos colaboradores do grupo, alegaram que as causas que levam a sua exclusão financeira ou a não aderir pelos serviços financeiros é a falta de confiança ou incerteza pelos sistemas financeiros na porção de 37%. Também 37% afirmaram que os sistemas burocráticos das instituições financeiras contribuem massivamente para que estes não possam aderir aos serviços financeiros, questões estas desencadeadas pela falta de conhecimento sobre o sistema financeiro em 11%, falta de recursos financeiros em 11% e a distância de locomoção até as instituições financeiras na porção de 5%.

Whyley e Kempson (2000) apontam cinco principais formas de exclusão financeira, em que a primeira, é a exclusão de acesso tanto pela distância a um canal de acesso quanto pelo processo de gestão de risco do sistema financeiro. A segunda refere que há a exclusão por condições, ou seja, quando ocorre pelas condições inadequadas em que o crédito é oferecido. A terceira tem-se a exclusão por preços acima do esperado de produtos financeiros, a quarta, referem-se a exclusão por marketing, isto quer dizer, pelo direcionamento das vendas de produtos financeiros. A quinta trata-se da autoexclusão, que se reflete na decisão de determinadas pessoas a se excluir do sistema financeiro formal, por falta de conhecimento financeiro apropriado, entre outras razões. Conforme se observou dos participantes, algumas dessas características dadas pelos autores fazem com que o indivíduo sinta-se incapacitado de aderir pelo sistema financeiro oque coincidentemente proporciona a sua exclusão financeira.

### 3.4 Funcionamento dos grupos de poupança e crédito rural para a inclusão financeira

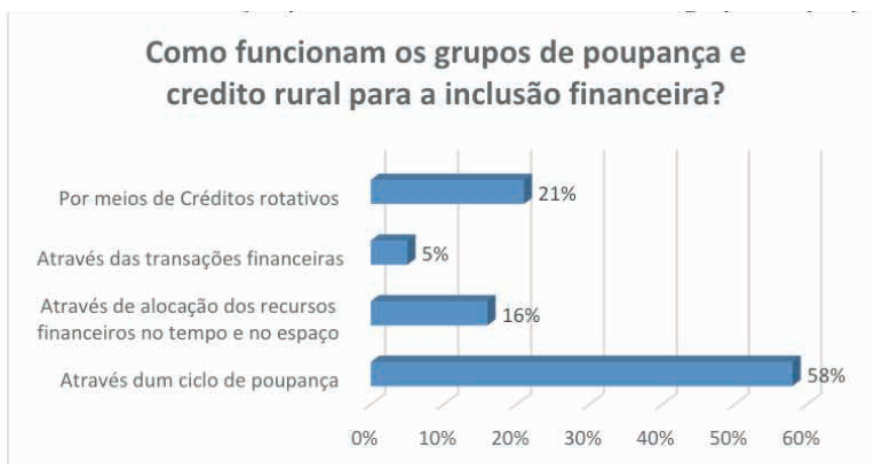


Gráfico 4: Distribuição percentual do funcionamento dos grupos de poupança

Fonte: Autor (2023)

Conforme o gráfico acima descrito, observou-se que maioritariamente os

colaboradores afirmaram que o grupo de poupança mãe organiza funciona através dum ciclo de poupança, com uma porção equivalente a 58%, também 21% dos colaboradores afirmaram que o grupo de poupança funciona por meios de créditos rotativos. Enquanto 16% afirmaram que o grupo funciona por meio de alocação de recursos financeiros no tempo e no espaço tratando-se exclusivamente de depósitos a prazo reembolsáveis, e por fim, 5% dos participantes afirmaram que o grupo de poupança trabalha por meio de transações financeiras.

Em relação aos créditos rotativos, estes são geralmente caracterizado de curto prazo (compreendendo de 1 a 3 meses máximo) e somente é concedido apenas aos membros do grupo de poupança, isto é, não há empréstimos para pessoas que não fazem parte do grupo. Quanto ao desembolso, estes valores são pagos mediante uma taxa de juro de critério mensal, que pode variar entre 5% a 25% dependendo da decisão do Grupo de Poupança Mãe Organiza.

Na visão de Bouman (1995), salienta que, cada grupo de poupança tem as suas próprias especificações em termos de regras e funcionamento para acomodar diferentes ambientes propósitos ou emergências. Assim sendo, não é diferente com o grupo de poupança Mãe organiza em comparação com os outros grupos de poupança.

Os grupos possuem um sistema de registo de informação das transações financeiras (valores poupados, empréstimos concedidos, juros pagos, fundo social, multas e outras contribuições). Feitas em cadernetas/fichas individuais e/ou em cadernos coletivos. A gestão do funcionamento do grupo e o registo das operações são feitos por um comité de gestão eleito pelo grupo. Os valores monetários das poupanças e remanescentes (após empréstimos ou cobranças de juros, fundo social e multas) movimentados no grupo são realizados através de depósitos bancários BCI.

### 3.5 O contributo que os grupos de poupança e crédito rural têm para a inclusão financeira

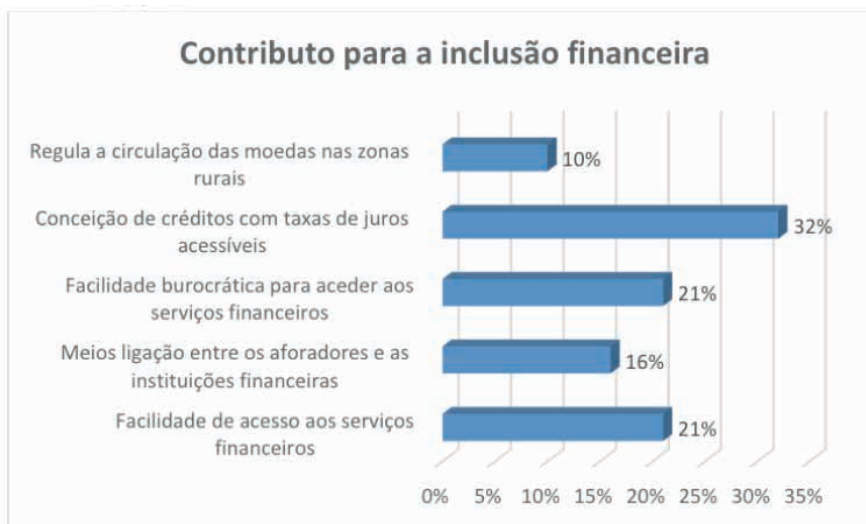


Gráfico 5: Distribuição percentual do contributo dos grupos de poupança na inclusão financeira

Fonte: Autor (2023)

No que concerne ao gráfico acima apresentado, pode se observar que, quanto ao contributo dos grupos de poupança para a inclusão financeira, os colaboradores afirmaram maioritariamente que o grupo tem taxas de juros de crédito acessíveis numa porção de 32%, de seguida observou-se que 21% dos colaboradores afirmaram que esses grupos de poupança contribuem na melhoria da qualidade de vida através facilidade de acesso aos serviços financeiros e ainda 21% dos colaboradores, afirmaram haver facilidade burocrática para aceder aos serviços financeiros, enquanto 16% dos colaboradores afirmaram que o grupo serve de meio de ligação entre os aforadores e as instituições financeiras, e por fim, 10% dos colaboradores afirmaram que o grupo contribui na regulamentação e circulação das moedas nas zonas rurais. Não obstante, em conformidade com Bouman (1995), por sua vez este autor refere que os grupos de poupança são de grande importância pois eles contribuem demasiadamente na inclusão financeira através da redução da pobreza, aumento dos activos para financiar pequenos negócios, inclusão social resultante da interagida dos fundos sociais.

### 3.6 O impacto dos grupos de poupança como opção para a inclusão financeira

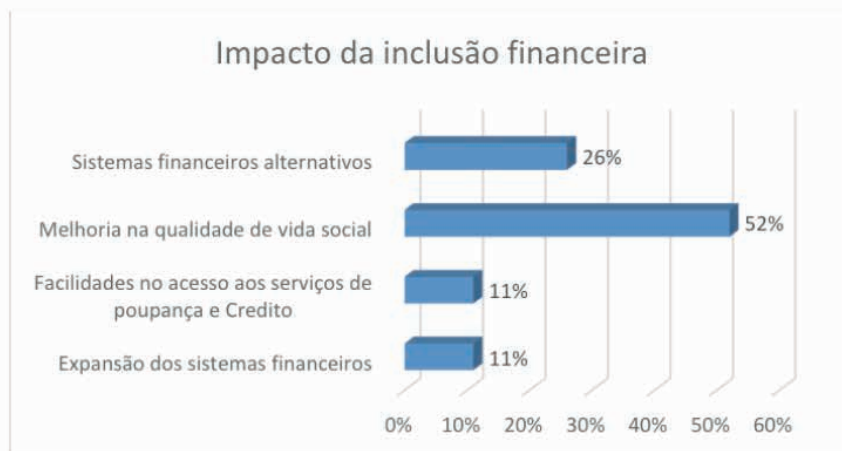


Gráfico 6: Distribuição percentual do impacto dos grupos de poupança na inclusão financeira

Fonte: Autor (2023)

No que concerne ao gráfico acima apresentado, pode se observar que, quanto ao impacto do grupo de poupança para a inclusão financeira, verifica-se 52% dos colaboradores afirmaram que a inclusão financeira traz melhoria da qualidade de vida devido a melhoria das condições de vida comparativamente antes do surgimento do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas. Deste modo, podemos observar que 26% dos colaboradores recorrem aos sistemas financeiro alternativo por motivos de fraca expansão dos serviços financeiros. Por outro lado, 11% dos colaboradores se expandem para a aderência do sistema financeiro ao nível rural e por fim 11% dos colaboradores têm facilidade no acesso aos serviços de poupança e crédito. Portanto, os resultados da pesquisa indicaram que os recursos financeiros poupados são utilizados essencialmente para desenvolvimento de negócios, melhoria das condições de habitação, aquisição de bens domésticos e de produção, cobertura de despesas correntes e outros investimentos como educação dos filhos e ajuda a família.

Outrossim, os Grupos de poupança funcionam como mecanismo de inclusão financeira pois em zonas onde não existem instituições financeiras formais, são alternativa de acesso a recursos financeiros.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, podemos concluir que o grupo de poupança mãe organiza de Distrito de Mogovolas, da Província de Nampula, País Moçambique, identificou que a maior parte dos seus colaboradores estão a 9 anos e mais correspondente a 53%,observou-se ainda que o grupo nunca ouviu falar sobre a inclusão financeira que corresponde uma

porção de 84% e 14% já ouviram falar sobre a inclusão financeira.

Por outro lado, as causas que levam o grupo de poupança a não aderir aos serviços financeiros, observou-se que, há falta de confiança ou incerteza pelos sistemas financeiros, em 37% dos seus colaboradores e também os sistemas burocráticos exigidos pelas instituições financeiras de certa forma contribui para que haja uma exclusão financeira em 37%, há falta de conhecimento sólidos sobre o sistema financeiro em 11%, também há falta de recursos financeiros correspondente em 11% e a distância que separa entre as suas residências para as instituições financeiras que corresponde em 5%.

De seguida, a pesquisa descreve o funcionamento dos grupos de poupança e crédito rural na inclusão financeira, pelo que foi constatado, o grupo funciona através dum ciclo de poupança em 58%, por meios de alocação dos recursos financeiros no tempo e no espaço em 16%, também funciona através das transações financeiras em 5%, e por fim, por meios de créditos rotativos em 21%.

No que tange a apresentação do contributo que os grupos de poupança e crédito rural têm para a inclusão financeira, observou-se que o grupos tem conceição de créditos com taxas de juros acessíveis em 32%, eles são meios de facilidade de acesso aos serviços financeiros em 21%, o grupos de poupança contribui na melhoria da qualidade de vida através facilidade de acesso aos serviços financeiros em 21%, enquanto 16% dos participantes afirmaram que o grupo serve de meio de ligação entre os aforadores e as instituições financeiras, e por fim, 10% dos colaboradores afirmaram que o grupo contribui na regulamentação e circulação das moedas nas zonas rurais.

Por fim, sobre o impacto dos grupos de poupança e crédito rural como opção para a inclusão financeira, observou-se que em 52% dos participantes afirmaram que a inclusão financeira traz melhoria da qualidade de vida devido a melhoria das condições de vida comparativamente antes do surgimento do grupo de poupança mãe organiza-Mogovolas, 26% dos colaboradores recorrem aos sistemas financeiro alternativo por motivos de fraca expansão dos serviços financeiros. Por outro lado, 11% dos colaboradores se expandem para a aderência do sistema financeiro ao nível rural e por fim 11% dos participantes têm facilidade no acesso aos serviços de poupança e crédito.

Assim sendo, a poupança e crédito rural influencia na inclusão financeira do grupo de poupança mãe organiza de Mogovolas por meio de recursos e serviços financeiros disponibilizados no grupo a fim de ajudar os membros, esses recursos financeiros poupados são utilizados essencialmente para desenvolvimento de negócios, melhoria das condições de habitação, aquisição de bens domésticos e de produção, cobertura de despesas correntes e outros investimentos, como educação dos filhos e ajuda a família.

Nesse sentido, a poupança e créditos rurais são meios alternativos para inclusão financeira em zonas rurais, pois o grupo serve de meio auxiliar substituíveis de acesso aos recursos financeiros em zonas onde não existam instituições financeiras formais.

Portanto, o grupo de poupança para ganhar sustentabilidade do seu organismo,

passa a capacitar os seus membros em matérias de inclusão financeira, assim como de educação financeira.

Ademais, o grupo, passe a efectuar depósitos à prazo em instituições financeiras, a fim de aumentar as suas reservas, como também de criar pequenas subunidades de poupança em zonas mais carenciadas aos serviços financeiros e de difícil acesso a informação sobre a inclusão financeira.

Podemos considerar que a inclusão financeira para o grupo de poupança e crédito rural, seria de grande importância na movimentação da economia tendo em conta que este grupo deixaria de guardar os seus recursos monetários em cofres caseiros pregando a circulação da moeda nacional. Por outro lado, o acesso aos serviços financeiros é crucial para o bem-estar das famílias, com isso, o conhecimento dos factores que concorre para o acesso ao serviço financeiro é importante na medida que poderá ajudar o governo, o sector privado e as instituições não-governamentais que trabalham no funcionamento rural a potenciar que as famílias rurais tenham características que lhes possibilitem ter acesso aos serviços financeiros.

## REFERÊNCIAS

Albergoni, L (2012).Economia - ed., rev. - Curitiba, PR : IESDE Brasil.

Allen, H. e Staehle, M. (2011) Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimo (ACPE). Guião de Formação do Agente Comunitário.

Ali, O. Ibraimo, C. F. (2014). Coleção e-book, tudo sobre a poupança: construção da agenda de inclusão financeira a luz da teoria Ator-rede, *revista de administração pública*, (162, 163,164).

B.M (2013) Desafios da Inclusão Financeira em Moçambique. Uma abordagem do lado da oferta. Pemba, Banco de Moçambique.

Bouman, F.J.A. (1995) Rotating and Accumulating Saving and Credit Associations: A Development Perspective.

Carrilho, J. & Teyssier, S. (2011) Grupos de Poupança e Crédito em Moçambique, Desafios e Perspectivas, Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia (FARE). Maputo, Moçambique.

Cronbach L.J (1951) : Wikipédia, a enciclopédia livre. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfa\\_de\\_Cronbach](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfa_de_Cronbach).

Estratégia para o desenvolvimento de sector financeiro (2013-2022), Maputo, Moçambique.

Faria, A.F. (2000), poupanças rurais em Moçambique. Texto inédito. Tese de licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, faculdade de economia. Maputo, Moçambique

Fortin, M.F.(2003),O processo de investigação : da concepção à realização. 3.ª ed. Loures : Lusociência.

Gonçalves (2015) A.S. Uma análise da inclusão financeira, texto inédito, tese de monografia rio de Janeiro, brasil

Josefa, A.L. (2011). “*Determinantes de Acesso ao Sistema financeiro: o caso de Moçambique*”. Tese de Mestrado em Economia Monetária e Financeira, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, Portugal.

Lakatos E.M e Marconi M.A (2003), Fundamentos de metodologia científica, 5a edição, Atlas: São Paulo.

Likert, R (1932), : Wikipédia, a enciclopédia livre. <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/o-que-e-a-escala-likert>.

Magalhães, R. Economia. (2005). Uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. Texto inédito. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Brasil.

Manandhar, K. B. e K. K. Pradhan. (2005). “Microfinance: Practices and policy Environment in Nepal”. Paper presented at World Congress on Agriculture and Rural Finance. Addis Ababa, Ethiopia, November. Manion, L, Cohen, L. and Morrison.

Matsumoto, A. S. et al. (2013) Finanças pessoais, Santa Catarina, Brasil.

Oliveira, R. B., & Kaspczak, M. C. M. (2013). Planejamento Financeiro pessoal, uma revisão bibliográfica. Paraná, Brasil.

Oecd. Financing SMEs and entrepreneurs 2016. (2017). an OECD scoreboard. OECD Publishing, Paris.

Pires, V. (2006). Finanças pessoais. Fundamentos e dicas. Editora Equilíbrio, Piracicaba, Brasil.

Rodrigo, O. L. (2000), construção da agenda de inclusão financeira a luz da teoria Ator-rede, *revista de administração pública*, (162, 163,164).

Santos, J. O. Barros, C. A. S. (2010). O que determina a tomada de decisão financeira: razão ou emoção? *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 13, n. 38, p. 7-20, 2011. SLOMP, J.Z.F. Endividamento e Consumo. *Revista Relações de Consumo*, 2008. Recuperado em: <[http://procon.caxias.rs.gov.br/site/\\_uploads/publicacoes/publicacao\\_4.pdf](http://procon.caxias.rs.gov.br/site/_uploads/publicacoes/publicacao_4.pdf)>.

Sela, B.F (2017) ocorrência de inclusão financeira 1ª edição Portugal.

Vieira, S.F.A.; Bataglia, R. T. M.; Sereia, V.J. (2011). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança; uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração da UNIMEP*, v.9, n.3, 2011. Recuperado em: <http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>

VILELAS, José (2009) – Investigação: o processo de construção do conhecimento. Lisboa: Edições Sílabo.



# EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DA ENACTUS BRASIL

*Data de aceite: 01/09/2023*

**André Oyama Cattaruzzi**

**RESUMO:** O presente artigo, propõe uma reflexão sobre as características fundamentais do Empreendedorismo Social, seus aspectos distintivos para outros modelos de empreendedorismo existentes no mundo contemporâneo e suas formas de geração de valor. Sabe-se que o terceiro setor foi estabelecido no Brasil nos anos 1990, terceirizando a função social do Estado a partir da atividade de organizações sem fins lucrativos; é no terceiro setor que nasce o Empreendedorismo Social. No âmbito de uma pesquisa qualitativa e exploratória, foi apresentada a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que norteiam as atividades da organização que é o caso estudado por este trabalho, a Enactus Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empreendedorismo Social. Valor Social. ODS. Enactus Brasil.

**ABSTRACT:** This article proposes a reflection on the fundamental characteristics of Social Entrepreneurship, its distinctive aspects for other entrepreneurship models existing in the contemporary world and its

ways of generating value. It is known that the third sector was established in Brazil in the 1990s, outsourcing the social function of the State from the activity of non-profit organizations; it is in the third sector that Social Entrepreneurship is born. As part of a qualitative and exploratory research, the UN 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals were presented, which guide the activities of the organization that is the case studied in this work, Enactus Brasil.

**KEYWORDS:** Social Entrepreneurship. Social Value. SDG. Enactus Brasil.

## INTRODUÇÃO

O atual sistema econômico trouxe e ainda traz diversos desafios de cunho social, econômico e ambiental, que durante muito tempo foram deixadas de lado, mas que atualmente, foram conquistando espaço nas discussões do Governo, de empresas e da sociedade. O fenômeno do Empreendedorismo Social surge como uma alternativa da sociedade civil de trabalhar em função de sanar problemas complexos e atender às demandas da sociedade com um formato de organização empreendedor,

com intenção de fornecer produtos e/ou serviços que, de alguma forma, agreguem para a comunidade inserida e estejam alinhados com a resolução dos problemas complexos. Juntamente com o crescimento do fenômeno, aparecem dificuldades na definição do conceito, com uma diversificação muito grande de aplicações, diferentes noções acerca do tema e uma falta de clareza no constructo do conceito. O fenômeno do Empreendedorismo Social sofre de uma “Inflação Conceitual”, onde em meio a uma falta de definição exata do conceito, ele acaba por possuir um excesso de significados, impulsionado ainda mais pelas diferentes realidades e exemplos em que esse conceito é aplicado. O fenômeno se iniciou com a difusão do conceito de empreendedor social nos Estados Unidos e com atividades de geração de renda em organizações da sociedade civil. Porém, atualmente, o fenômeno demonstra maior complexidade e maior variedade de atores envolvidos, como Instituições, ONGs, governos, consumidores e investidores.

O interesse pessoal na pesquisa do Empreendedorismo Social vem da intenção de estudar melhor o fenômeno que vem crescendo em termos de relevância dentro da literatura acadêmica brasileira ao longo dos últimos 10 anos. Este interesse com a pesquisa do tema também vai ao encontro da minha vontade em contribuir com um movimento que procura sanar as necessidades da sociedade e do planeta, rumo a um desenvolvimento sustentável, mas com esquema e organização empreendedores.

## OBJETIVOS

Este artigo é importante para o tema, pois ainda há uma grande confusão principalmente com a definição exata do fenômeno, que é bastante recente. Por conta das diferentes realidades da sociedade pelo mundo, diferentes nomenclaturas são dadas para fenômenos parecidos e muitas vezes confundidas pelo fato de ser um diferente tipo de empreendimento, com propósito e valores diferentes do empreendedorismo comercial. A importância dessa pesquisa também é justificada pelo fato de o assunto ser ainda pouco estudado dentro do ambiente acadêmico brasileiro. Ao olhar para as bases de publicações nacionais acerca do Empreendedorismo Social, é possível identificar a imaturidade do estudo acadêmico sobre este assunto no Brasil, que iniciou tardiamente e só foi intensificado em 2012, onde o aumento do número de publicações foi realmente relevante.

Este trabalho visa analisar os principais elementos definidores do conceito, levando em consideração as principais escolas de pensamento do fenômeno, na busca de uma definição mais precisa, fazendo uma busca e mapeamento das características fundamentais do conceito. Este trabalho também tem como objetivo diferenciar o Empreendedorismo Social das demais categorias de empreendimentos existentes no mundo contemporâneo, confrontando os aspectos distintivos entre essas categorias dando exemplos sobre os setores de atividades do empreendedorismo social tomando como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, para identificar diferentes formas

de criação de valor social por parte do movimento do Empreendedorismo Social.

## **METODOLOGIA**

Para este estudo foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, avaliando o Empreendedorismo Social tomando como base artigos, publicações e livros acerca do tema. Esta pesquisa teve o duplo objetivo, descritivo e exploratório, adentrando um fenômeno recente e pouco estudado dentro da literatura brasileira, para que seja melhor entendido e seja fomentada a discussão acerca deste tema na academia. Foi feito um estudo de caso da Entrepreneurial Action Us (Enactus) Brasil, em que foram apresentados os dados fornecidos pela organização no seu relatório anual da gestão 2020-2021. Neste trabalho busco fazer uma descrição e trazer uma definição mais concreta para o que se chama de Empreendedorismo Social, diferenciando de outros modelos empreendedores do mundo contemporâneo, levando em consideração o valor gerado por cada um dos modelos. Depois de melhor definição do fenômeno, busco exemplificar a importância de uma instituição como a Enactus para o Empreendedorismo Social e sua atuação dentro do Brasil, com base na observação participante e no relatório anual de gestão da Enactus Brasil.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico deste trabalho traz uma divisão entre 2 assuntos principais: Conceito de empreendedorismo social e conceitos principais para nortear o estudo de caso da Enactus Brasil.

Primeiramente, o conceito de Empreendedorismo Social possui uma definição pulverizada em diversas realidades diferentes. O conceito do Empreendedorismo Social nasceu nos EUA e se difundiu na escola europeia, que contribuiu para as definições do tema. O fenômeno se iniciou com a difusão do termo empreendedor social nos Estados Unidos, aproximando o empreendedor social do empreendedor de mercado, porém utilizando recursos e ferramentas para conseguir gerar valor social. Nessa vertente, o empreendedorismo social compõe o chamado setor não-lucrativo da economia. O setor parte da organização não-lucrativa de caráter empresarial, cujo conceito se forma como “Organizações não-lucrativas onde o acontecimento de atividades comerciais, que geram rendimentos, é um dos meios de avançar na missão social da respectiva organização”. Ao mesmo tempo em que é um formato de organização econômica e uma atividade social, constrói uma inovação na realização de serviços sociais, com forte orientação de mercado, ferramentas e estratégias de gestão, para que também gere renda própria, sem depender de atividades dos outros setores.

Na escola norte-americana, se afirma que as empresas sociais se aproximam

de uma orientação de mercado, como um meio de manterem a atividade social e se tornarem menos dependentes de doações e repasses financeiros dos outros setores e mais de honorários e contratos. Por conta dessa definição da escola americana, o termo empreendedorismo social é tomado como um tipo de empreendimento, porém outras interpretações consideram o empreendedorismo social uma vertente única de estudo, e não um braço do empreendedorismo de mercado.

Na escola europeia, o empreendedorismo social surge como uma visão da economia social, que contribui com a ideia de um ambiente cada vez mais coletivo e também com uma gestão mais independente e democrática, com pouca influência do Estado ou do mercado. As empresas sociais, foram uma emergência de inovação dentro do terceiro setor europeu, onde acontece a união das ferramentas organizacionais de mercado ao propósito principal de geração de valor social, mas também com um ambiente coletivo, democrático e independente.

O movimento do empreendedorismo social foi intensamente difundido também nos países em desenvolvimento, mas com a nomenclatura de negócios sociais e negócios inclusivos, porque o termo empresa social não foi tão aceito em regiões como América Latina e Ásia. O termo negócio social ganhou destaque com Muhammad Yunus, empreendedor social ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006.

Para Yunus (2010), existem 2 classificações para os negócios sociais:

Classificação 1: Negócio social com balanço de contas equilibrado, obtendo lucros que são inteiramente revertidos para impulsionar o próprio crescimento da instituição, que visa apenas servir alguma necessidade da sociedade. Como a ideia de ganhos pessoais é ausente, os investimentos são devolvidos sem correção e os lucros inteiramente reinvestidos no negócio social, a fim de aumentar o impacto social que causa.

Classificação 2: Negócio social com fins lucrativos que, visa lucro para melhorar a renda de pessoas pobres, não olhando apenas para a maximização dos lucros, onde a população pobre é dona e cliente do negócio.

Há um consenso entre as ideias de Yunus (2010) e Kerlin (2006) de que as organizações do empreendedorismo social se encontram em meio a dois extremos: empresas de mercado e organizações sem fins lucrativos.

Na visão de Yunus (2010) o negócio social não visa gerar lucro em si, e o excedente gerado serve para ser reinvestido no negócio, para que intensifique a geração de valor social e continue funcionando independentemente do Estado ou Organizações de mercado. Os negócios sociais se aproximam de negócios de mercado em aspectos como produtos, serviços, clientes, mercados, ferramentas, porém difere no seu propósito principal que é servir à sociedade e melhorar as condições de vida de populações de classe de baixa renda da sociedade. Também se distingue de ONGs por buscar a própria sustentação de suas atividades por meio da venda de produtos e serviços ao invés de doações ou outras formas de captação de recursos. A relevância em resolver problemas sociais, principalmente a

pobreza, utilizando mecanismos e ferramentas de mercado, fez com que o Negócio Social conquistasse espaço em meio à realidade dos países em desenvolvimento, por conta disso, essa terminologia passou a ser mais aceita e difundida no Brasil e outros países latino-americanos.

Em segundo lugar, para nortear o estudo de caso da Enactus Brasil, é preciso entender o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 da ONU.

A Agenda 2030 da ONU foi criada com a reunião dos líderes mundiais, a fim de criar um plano de ação, uma lista de objetivos a serem cumpridos até o ano proposto. Esses objetivos foram denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que organizam em 17 grandes objetivos (problemas a serem resolvidos) em rumo ao desenvolvimento sustentável do planeta e da humanidade, transformando vidas, acabando com a pobreza e protegendo o planeta. Todos os 17 ODS tem por trás de sua construção 169 indicadores que norteiam planos de ação para os objetivos globais. De acordo com Grandó (2018), as organizações do terceiro setor buscam, através de suas atividades, desenvolver mercados, minimizar problemas sociais e transformar realidades, alinhando suas práticas com os ODS da Agenda 2030 da ONU.



Figura 1 - ODS Agenda 2030

Fonte: ONU, 2016.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro da discussão deste trabalho, a forte relação entre os ODS e as organizações do terceiro setor trazem uma colocação interessante para o Empreendedorismo Social. Levando em consideração as características fundamentais do ES, de foco na geração de impacto socioambiental, os ODS entram como um norteador importante de atividade

dos empreendedores sociais (Grando, 2018). Analisando a dificuldade de mensuração e análise do impacto gerado pelo ES, os ODS fazem um papel de categorizar a criação de valor e impacto no ambiente de transformação do ES, fazendo com que dê uma base para enquadrar os indicadores dos ODS nos valores gerados dentro do fenômeno do ES.

Para melhor fomentar a relação entre os ODS e o ES, trago como objeto de estudo a *Entrepreneurship Action Us (Enactus)*. Presente no Brasil e em mais 35 países, a Enactus se coloca como uma organização do terceiro setor que funciona como criadora e incubadora de projetos de Empreendedorismo Social. Atuando no ambiente universitário, a instituição cria, auxilia e desenvolve projetos de transformação local nas cidades inseridas, sendo os times de cada um dos locais formados pelos alunos das universidades ali presentes. Segundo o relatório anual da Enactus Brasil, as atividades da instituição tomam como alicerce os ODS da ONU, a Enactus busca apresentar os 17 objetivos e fazer com que os times alinhem os projetos criados dentro dos indicadores de cada objetivo, levando os projetos a um nível de impacto específico, buscando maneiras para fomentar os indicadores apresentados dentro da Agenda 2030. A instituição também recebe apoio e subsídios de grandes empresas do Brasil e do mundo, como Ford, Unilever, Cargill, entre outras, que fomentam os espaços de discussão, desenvolvimento dos times e projetos, e competições internas para que a inovação (característica fundamental do ES) seja criada. Dentro das competições os ODS possuem um foco de direcionar cada categoria de disputa, para que sejam analisados os indicadores dentro de cada objetivo por parte dos projetos. Essa parceria da Enactus com outras instituições, competição e um total alinhamento de atividades com os ODS, mostram uma direção para onde pode se estender o entendimento da geração de valor por parte do Empreendedorismo Social (Relatório Anual Enactus Brasil, 2021).

Com base no Relatório Anual Enactus Brasil (2021), é possível identificar dados estatísticos que evidenciam a relevância e impacto dessa instituição dentro do nosso país. Presente em 23 estados brasileiros, a Enactus no Brasil é representada por 120 times, que atuam em mais de 200 projetos, impactando e transformando o ambiente onde estão localizados. Dentre as mais de 480 mil horas desempenhadas pelos Enactors (membros dos times), foram movimentados mais de um milhão de reais ao longo da gestão 2020-2021, impactando a vida de quase 100 mil brasileiros.

Foi apresentado, pelo Relatório Anual Enactus Brasil (2021), um conjunto de indicadores que contribuem para a Agenda 2030, em alinhamento aos ODS. Foram subdivididos em 3 grandes categorias: Pessoas, Planeta e Prosperidade.

Na categoria Pessoas, o impacto foi mensurado a partir de 5 indicadores:

- 55.875 pessoas com acesso a alimentação saudável mais acessível
- 1.590 pessoas com acesso à educação
- 1.343 pessoas com habilidades empreendedoras novas/aprimoradas
- 890 meninas/mulheres com habilidades novas ou aprimoradas

- 29 pessoas com habilidades novas ou aprimoradas em agricultura sustentável

Na categoria Planeta, 3 indicadores foram apresentados:

- 3.813,76 toneladas de resíduos reciclados ou evitados de serem descartados
- 480,91 toneladas de plástico reutilizado, reciclado ou evitado de ser descartado
- 1109,26 toneladas de CO<sub>2</sub> reduzidas/evitadas

Na categoria Prosperidade são 6 indicadores:

- 11 pessoas com acesso novo/aprimorado a uma fonte de energia limpa e sustentável
- 131 novos negócios criados
- 278 novas oportunidades de emprego criados
- 199 pessoas que obtiveram emprego
- 123 pessoas com habitação nova/reformada, acessível, com segurança e serviços básicos
- 2.007 pessoas com acesso novo/aprimorado à informação, comunicação e tecnologia

Além dos indicadores apresentados, a Enactus Brasil realiza premiações diretamente relacionadas a cada um dos ODS, para os projetos que mais geraram impacto dentro dos indicadores apresentados na Agenda 2030 (Relatório Anual Enactus Brasil, 2021). As premiações são acompanhadas e avaliadas pela Enactus Brasil e por cada empresa que patrocina as premiações. Na Figura 2 é possível identificar os projetos vencedores da premiação em cada ODS, além dos respectivos times responsáveis e as empresas que patrocinam tal categoria de objetivo.



Figura 2 - Prêmio ODS 2021 Enactus Brasil

Fonte: Relatório Anual Enactus Brasil Gestão 2020-2021.

O quadro do Prêmio ODS 2021 mostra o grande compromisso da Enactus com a Agenda 2030 da ONU, mas também evidencia a grande relação de parceria que essa organização tem com outras empresas do segundo setor, parceria esta que alinha os times e projetos Enactus aos ODS.

Além do quadro, as informações apresentadas no relatório evidenciam o impacto que possui uma organização que atua em grande parte do território nacional, criando e desenvolvendo projetos de Empreendedorismo Social, oferecendo suporte, educação, parceria, eventos e prêmios para os times de estudantes, que transformam a realidade onde estão inseridos e se desenvolvem a partir da ação empreendedora social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da bibliografia, pode-se concluir que o fenômeno do Empreendedorismo Social vem ganhando relevância ao longo dos últimos anos, com aumento do número de publicações a partir de 2012 e conquistando espaço dentro das discussões acadêmicas. O ES possui variadas formas, definições e nomenclaturas, porém, o ES possui características fundamentais, que o definem e diferenciam o ES de outros modelos empreendedores, independentemente de onde esteja ou qual nomenclatura adote para se identificar.

Primeiramente, os empreendimentos sociais buscam, por meio do modelo empreendedor, adquirir receitas próprias para manter funcionamento. Esse fator leva os



empreendimentos sociais a operarem de maneira mais livre, sem depender de doações, fazendo com que esses negócios sejam incentivados a serem mais inovadores, para conquistarem sua parcela do mercado onde estão inseridos.

Em segundo lugar, o Empreendedorismo Social tem como base e objetivo central a transformação social e geração de valor social, e não possui foco principal na geração de receita e lucro, como funciona o Empreendedorismo Comercial. O Empreendedorismo Social oferta produtos e serviços que atendem às necessidades de uma comunidade.

O valor social gerado pelo Empreendedorismo Social é incerto e não possui uma forma de mensuração concreta, devido às diferentes realidades em que acontece e diferentes problemas sociais que buscam sanar nas parcelas vulneráveis da população. É nessa incerteza que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU trabalham (ONU, 2016). A agenda traz indicadores concretos para avaliar o desenvolvimento sustentável do planeta, assim como divide esses 169 indicadores em 17 diferentes ODS, que tratam de diferentes problemas atuais que necessitam de solução. A compreensão da Agenda 2030 auxilia na compreensão de problemas a serem sanados, auxiliando a compreensão do impacto gerado por parte do Empreendedorismo Social.

A busca pelo entendimento do impacto do Empreendedorismo Social me instigou a trazer como estudo de caso neste trabalho a organização Enactus Brasil. A instituição possui como alicerce de suas atividades os ODS da Agenda 2030 (Relatório Anual Enactus Brasil, 2021). Dentro dos projetos realizados pelos estudantes da organização, os ODS entram como diferentes formas de geração de valor que o Empreendedorismo Social apresenta em suas atividades.

## REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS, S.; DONADONE, J. C. Empreendedorismo Social: Reflexões Acerca Do Papel Das Organizações E Do Estado. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 16, p. 112, 2012.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional TT - The “construction” of Brazilian third sector: from social question to organizational one TT - La “construcción” del tercero sector en Brasil: da cuestión social a la org. **Rev. psicol. polit**, v. 9, n. 17, p. 129–148, 2009.

ENACTUS BRASIL. São Paulo. 2021. Relatório Anual Ciclo 2020-2021. Link de acesso: <http://brazil.enactusglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2021/11/Relato%CC%81rio-Anual-Enactus-Brasil-Ciclo-2020-2021.pdf>

GODÓI-DE-SOUSA. Empreendedorismo Social e Desenvolvimento Social : Desafios e Oportunidades. **Enapegs, V I**, n. May 2012, p. 1–18, 2011.

GODÓI DE SOUSA, E.; ELIZANDRO GANDOLFI, P.; CAIXETA GANDOLFI, M. Empreendedorismo social no Brasil: um fenômeno de inovação e desenvolvimento local. **Dimensión empresarial**, v. 9, n. 2, p. 22–34, 2011.

LEAL, A. L. C. A.; FREITAS, A. A. F. DE; FONTENELE, R. E. S. Criação de valor no empreendedorismo social: Evidências a partir da comparação com o empreendedorismo comercial. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 51–65, 2015.

PARENTE, C. *et al.* Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. **XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização**, p. 268–282, 2011.

QUINTÃO, C. Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. **Seminário “Trabalho social e Mercado de Emprego”; Paineis Políticas Sociais e Mercado de Emprego**, p. 1–24, 2004.

ROSOLEN, T.; PELEGRINI TISCOSKI, G.; COMINI, G. M. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Produção Nacional e Internacional. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, 2014.

YUNUS, M.; MOINGEON, B.; LEHMANN-ORTEGA, L. Building social business models: Lessons from the grameen experience. **Long Range Planning**, v. 43, n. 2–3, p. 308–325, 2010.

ZANDEVALLI, C.; DANDOLINI, G. A. Indicadores e métricas para mensurar o impacto social em empresas e negócios sociais: revisão integrativa da literatura. **XXII SEMEAD Seminários em Administração**, n. November, 2019.

# DE LAS MIGRACIONES ECONÓMICAS A LAS MIGRACIONES AMBIENTALES: TRANSICIÓN AGROECOLÓGICA EN MÉXICO

*Data de aceite: 01/09/2023*

### **Raúl Alberto Rodríguez Alvarado**

Profesor e Investigador de la Universidad  
de Colima.  
Colima-México  
<https://orcid.org/0000-0002-2791-0050>

### **Miguel Ángel Medina Romero**

Profesor e Investigador Titular en la  
Facultad de Derecho y Ciencias Sociales y  
en el Centro de Investigaciones Jurídicas  
y Sociales de la Universidad Michoacana  
de San Nicolás de Hidalgo  
Morelia-México  
<https://orcid.org/0000-0003-4067-2816>

**RESUMEN:** El resultado de la migración polariza el desarrollo en los países ricos, y lo dificulta en los países subdesarrollados. Las remesas son una compensación que apoya el consumo familiar, pero que revelan una relación de dependencia, que es proporcionalmente mayor, mientras más precaria es la condición de la economía que expulsa a los migrantes. Las economías avanzadas han propiciado el consumo excesivo de los recursos naturales sin medir su impacto real; y, además, se ha promovido la producción de alimentos por parte de algunas compañías monopólicas de

influencia global que deterioran el ambiente y la salud humana lo cual, conjuntamente, tiene negativas consecuencias ambientales. El presente trabajo aborda el imperativo de una efectiva transformación de la política pública, orientado por la recuperación del proceso de desarrollo en el caso mexicano; y se apunta que el gobierno y el parlamento abierto tienen diseños que garantizan límites contra la degradación ambiental, para contar con alimentos suficientes y saludables, así como la promoción de la reducción de la migración obligatoria.

**PALABRAS CLAVE:** Migración económica, migración ambiental, transición agroecológica, México.

### FROM ECONOMIC MIGRATION TO ENVIRONMENTAL MIGRATION: AGROECOLOGICAL TRANSITION IN MEXICO

**ABSTRACT:** Economic migration, environmental migration, agroecological transition, Mexico. The result of migration polarizes development in rich countries, and hinders it in underdeveloped countries. Remittances are compensation that supports family consumption, but they reveal a dependency relationship, which

is proportionally greater, the more precarious the condition of the economy that expels migrants. The advanced economies have fostered the excessive consumption of natural resources without measuring their real impact; and, in addition, the production of food has been promoted by some monopolistic companies with global influence that deteriorate the environment and human health, which, together, have negative environmental consequences. This paper addresses the imperative of an effective transformation of public policy, guided by the recovery of the development process in the Mexican case; and it is pointed out that the government and the open parliament have designs that guarantee limits against environmental degradation, to have sufficient and healthy food, as well as the promotion of the reduction of compulsory migration.

**KEYWORDS:** Economic migration, environmental migration, agroecological transition, Mexico.

## 1 | INTRODUCCIÓN

Las migraciones de las sociedades humanas suelen definirse como fenómenos multifactoriales esencialmente de las relaciones económicas internacionales; para Carl Sagan (1995) hemos sido migrantes el 99.9% del tiempo, pero en los últimos 10 mil años, hemos domesticado animales y plantas, consiguiendo ventajas materiales, que nos han permitido parcialmente establecernos, hasta que estas condiciones cambian.

Es indispensable entender como la migración es entendida desde el pensamiento occidental, fincado en las relaciones económicas internacionales, que evolucionaron hacia el modelo de producción capitalista, que vela por intereses particulares en su búsqueda por la ganancia, descuidando el bienestar común en aras de propagar el capital.

El resultado de la migración polariza el desarrollo en los países ricos, y lo dificulta en los países subdesarrollados. Las remesas son una compensación que apoya el consumo familiar, pero que revelan una relación de dependencia, que es proporcionalmente mayor, mientras más precaria es la condición de la economía que expulsa a los migrantes.

Las economías avanzadas han propiciado el consumo excesivo de los recursos naturales sin medir su impacto real; y, además, se ha promovido la producción de alimentos por parte de algunas compañías monopólicas de influencia global que deterioran el ambiente y la salud humana lo cual, conjuntamente, tiene negativas consecuencias ambientales, y se vienen sintiendo desde hace años; pero durante el 2023, se vive el verano global más caliente registrado, una cantidad exacerbada de incendios y en México la peor sequía desde 1981. México ha decretado, la prohibición de maíces transgénicos y el uso del glifosato para el 2023, como primeras respuestas a las advertencias de la producción de alimentos riesgosos y el uso de agroquímicos nocivos, lo cual puede representar las primeras acciones certeras de un cambio de política pública, hacia la recuperación del proceso de desarrollo, presidiendo del modelo capitalista de la búsqueda de las ganancias, para velar por el bienestar general. En México, el gobierno y el parlamento abierto se han

diseñado para garantizar que esta información sea de dominio público, porque legislando contra la degradación ambiental, que garantizan alimentos suficientes y saludables, podrían promover la reducción de la migración.

## 2 | PROBLEMÁTICA

Las migraciones de las sociedades humanas suelen definirse como fenómenos multifactoriales esencialmente de las relaciones económicas internacionales, dependiendo de la exégesis de la definición de este concepto, es el matiz que se le imprime a estas relaciones de migración; para Carl Sagan (1995) fuimos migrantes sociales desde el comienzo, y actuar de forma individual resultaba tan grotesco como imaginar establecernos en un lugar fijo. Durante el 99.9% del tiempo desde que nuestra especie, fuimos cazadores y forrajeadores, migrantes moradores de las sabanas y las estepas, la frontera estaba en todas partes, nos limitaba la tierra, el océano, el cielo y ocasionalmente un vecino hostil; dependíamos los unos de los otros y cuando el clima era benigno y el alimento abundante, estábamos dispuestos a permanecer en un lugar fijo, sin preocupaciones; en los últimos 10 mil años (un instante en nuestra larga historia), la economía ha evolucionado a abandonar la vida nómada, la domesticación de animales y plantas, transformando el entorno en ventajas materiales, consiguiendo veranos largos, inviernos suaves, buenas cosechas y caza abundante, pero nada de eso es, ni universal, ni eterno.

Debido al abuso de las condiciones materiales del sistema de producción contemporáneo, estamos frente a nuevos los cambios de las condiciones materiales, que suponen también cambios en nuestra organización social y por lo tanto en nuestra concepción de las relaciones económicas internacionales; los modelos económicos tradicionales se construyeron y evolucionaron bajo la premisa del libre comercio internacional de mercancías basado en las ventajas comparativas y competitivas de los países buscando la ganancia, incluso, indistinto a la organización del régimen de propiedad de las naciones, generando polos de crecimiento urbano, que promovieron las migraciones, ya que el factor humano también fue mercantilizado.

Este modelo de crecimiento económico además de tener resultados de polarización de la riqueza y de la injusticia social, ha sido devastador para el medio ambiente y para el ser humano; para no sucumbir, implicará un cambio sustantivo en la comprensión y la organización de las relaciones económicas internacionales y por lo tanto de la recomposición de la migración hacia nuevos polos de desarrollo que sean ambientalmente propensos para la sobrevivencia humana, y que garanticen la sana y suficiente alimentación de su población, más que la percepción del poder adquisitivo de las llamas sociedades avanzadas.

México, con el decreto sobre la prohibición del maíz transgénico y del uso del glifosato, se une a un movimiento global donde 28 países, están transitando hacia la prohibición del glifosato y prácticas agroecológicas, las cuales promueven un frente que manda un fuerte

mensaje contra los monopolios alimenticios que promueven productos de probablemente cancerígenos para capitalizar ganancias; con todas las afectaciones al medio ambiente, y las consecuencias que hoy vivimos, legislar espacios libres de alimentos nocivos, es y será parte de la nueva geopolítica de reorganización económica, a la cual serán convocadas las caravanas migrantes, en busca de un lugar donde sobrevivir, promoviendo con su fuerza laboral el desarrollo de las sociedades a donde arriben.

### 3 I MÉTODO DE INVESTIGACIÓN

En esta exposición se realiza un estudio de tipo exploratorio/descriptivo. Exploratorio, porque busca encontrar una conexión en los fenómenos económicos de la migración, las remesas, la degradación ambiental, la transición agroecológica en un contexto de gobierno y parlamento abierto. Esta conexión multidisciplinaria es relativamente incipiente, habiendo pocas experiencias en general. Dicho método, promueve un proceso de familiarización y profundización de la investigación, de los sucesos que hasta el momento se conocía de manera parcial o a rasgos generales.

La obtención de información permitió ir guiando la búsqueda de información para continuar profundizando más referente al tema. Posteriormente, con base en lo conceptualizado por Salkind (1998) el estudio descriptivo toma como fase, recopilar la concepción de las relaciones económicas internacionales sobre el que se concibe la migración occidental, las remesas, las consecuencias ambientales, la transición agroecológica en México, las políticas públicas de gobierno y parlamento abierto en que posiblemente se desarrollaron. De acuerdo con los distintos autores, una de las principales funciones de esta investigación es la capacidad de analizar las diferentes características del objeto o fenómeno de estudio y su descripción detallada en diferentes categorías que se divida el mismo (Bernal, 2010).

Algo que se pretende alcanzar ante el presente estudio, es analizar los diferentes planteamientos, enfoques, visiones y trazar un hilo conductor entre migración, transición agroecológica y gobierno-parlamento abierto, por lo que esta investigación, se desarrolla desde el método deductivo, con la premisa general de que la migración y remesas son un símbolo de precariedad económica, al igual que la degradación ambiental proveniente del sistema económico, que solo vela por intereses particulares, por lo que es necesaria la transición agroecológica, lo cual será ante las consecuencias de climáticas, y las afectaciones de salud que promueven los alimentos y sus agroquímicos que provienen de compañías monopolíticas y que como ha sugerido la organización mundo al de la salud, son contrarias al medio ambiente y a la salud del ser humano.

Esta metodología sistematiza por conceptos, teorías y escuelas; en lo específico la investigación se realiza con un enfoque cualitativo, debido a que se busca describir las cualidades del fenómeno, migración, agroecología y gobierno-parlamento abierto en

los países y como se instala en cada situación, realidad o lugar, es por ello que desde el análisis de la implementación, se desarrolla dándole una conceptualización a este fenómeno en donde se destaca la prioridad a la descripción, análisis y explicación del tema a investigar que para nuestra investigación es análisis y explicación de la transición agroecológica (Blanco Peck, 2006).

El plan de análisis, en primer lugar, es la documental, que se nutrió de recopilar datos e información de la literatura de las relaciones económicas internacionales, la prensa con las afectaciones climáticas, decretos, constitución, leyes, programas y políticas públicas, además de informes de la transición agroecológica en México, los cuales son realizados por los *Mecanismos de Revisión Independiente*.

Se realizaron criterios para poder generar la revisión documental que permitirá reducir el conglomerado de análisis, entre los criterios definidos se encuentran:

- Conceptos de las relaciones económicas internacionales;
- Notas de prensa publicadas sobre afectaciones climáticas contemporáneas;
- Informes publicados por los gobiernos y planes de transición agroecológica; y
- Políticas públicas, Constitución, leyes, códigos y reglamentos Informes de organismos internacionales.

Se utilizan elementos de los estudios explicativos para recopilar, sistematizar y compilar información, para ser analizada, para su posterior explicación a profundidad, así como usar el enfoque constructivista que nos permita abonar desde el enfoque interpretativo, para unir la migración, remesas, transición agroecología y gobierno-parlamento para la toma de decisiones de los diseñadores de políticas públicas que pongan en acción lo legislado a favor del tema.

La revisión de los textos, la compilación bibliográfica y la selección de los casos contenían los criterios anteriormente descritos. De los textos se constituyó la bibliografía con citado APA con sus respectivos datos: Tipo de fuente bibliográfica; Autor; Año; Título; Edición; Ciudad; Idea principal que se extrae del texto y que conforma el contenido que da sustento a la investigación. De este proceso se extrajo información relativa a los países los emigrantes y los inmigrantes, los años, la transición agroecológica, leyes, políticas públicas, instituciones que la implementan e impactos que genera.

## **4 | TEORÍAS DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES ECONÓMICAS: LA MIGRACIÓN EN EL CAPITALISMO**

Para Álvaro Vélez (2006), la territorialidad como conducta humana-primada es el fundamento para comprender el surgimiento de los pueblos, de las naciones, desde una perspectiva etológica o de conducta animal. Charles Darwin (1809-1882), intenta comprender al ser humano social en el papel genético de las migraciones y las relaciones

internacionales. Hans K ung (1999) introduce, la necesidad del concepto de la  tica en la política y la economía internacionales, aspectos políticos, econ micos, financieros, comerciales, de integración y geopolíticos. Thomas Hobbes (1651), argumenta que la sociedad tenía la necesidad de cooperar en un acuerdo artificial formando al Estado, basado en el propio interés que busca la seguridad por temor a los demás. Adam Smith, define al individuo como el Homo economicus (Smith, 1776), que se comporta y relaciona con los demás por interés, cuyo objetivo es acumular el mayor número de bienes y riquezas, para aumentar su bienestar y tal acumulación se deriva del ser productivo.

Para Hans Joachim (1991) la visión dialéctica, estriba en una pareja de trilogías formadas, por la lucha, el poder y la voluntad, y por otro lado por la paz, la razón y la justicia, estando estos términos, “unidos en una especie de correlación dialéctica, al igual que el hombre mismo que hace o que padece la política nacional e internacional. Para Donnelly (2005) las relaciones internacionales incluido la migración, se sustentan en el positivismo, cientificismo o racionalismo puro, es decir, la teoría realista o *realpolitik*: que se sustenta en el poder político.

Para los idealistas, la teoría de las relaciones internacionales es un instrumento para transformar al mundo al servicio del perfeccionamiento de las organizaciones mundiales, que podrían imponer a las naciones un orden más justo, la teoría influencio determinadamente la creación de la Organización de las Naciones Unidas (Cárdenas, 1971). Para Hedley Bull (1995) las relaciones internacionales son el orden entre desiguales, que a pesar de sus diferencias y conflictos siguen manteniendo relaciones sustentadas en el orden internacional, se basa en San Agustín “una buena disposición de partes discrepantes, cada una en el lugar más adecuado” basado en acuerdos y normas de conducta y derecho que rijan a la sociedad.

Henry Kissinger, en La diplomacia (1999) identifica las causas y formas en que se presentan las relaciones internacionales, de carácter político y diplomático, desde el surgimiento de la nación-Estado a partir de la Paz de Westfalia, paz que da origen a la modernidad política.

Ian Clark (1997), argumenta que las relaciones econ micas internacionales, precisan el papel progresista de la globalización, que crean tanto ganadores como perdedores, caracterizadas en occidente, por la búsqueda de optimizar recursos, elevar la productividad y la competitividad internacionales, reducir costos, pobreza y subdesarrollo, y finalmente lograr el crecimiento econ mico y el desarrollo social, en un modelo econ mico capitalista de mercado abierto, liberalización y movilidad de los factores de producción, en beneficio del más eficiente y competitivo donde sobresalen aquellas relaciones de carácter econ mico (comercial, financiero, culturas de los negocios, micro y macroeconómicas), en el marco de un proceso universal de globalización y regionalización (Angarita Calle, 2008).

Para Hirst (1995) la economía mundial ha sido determinada en su estructura y en la distribución del poder, impuesta por los principales estados-nación. Gran Bretaña



y Estados Unidos han propiciado un ambiente político favorable a ellos, siendo estos actores los más dominantes en materia política y económica. Hasher (1993) encuentra una profunda necesidad socio-psicológica de diferenciarse: frente a la “poderosa influencia homogeneizadora” del mundo contemporáneo, supone la necesidad de “diversidad y separación”. En la fragmentación, el regionalismo representa un grado de multilateralismo e integración: contrarrestando la formación de instituciones o agendas globalistas (Clark 1997). La globalización implica que hay un cambio general en marcha que ha favorecido a los mercados y las empresas más que a los estados (Wyatt-Walter 1995: 74-5). El regionalismo fomenta, y obstaculiza, las tendencias globalistas más amplias (Hurrell 1995) y no puede ser visto como la simple antítesis de la globalización, sino debe ser considerado como un paso hacia el globalismo más que como una alternativa a él (Gamble y Pyne 1996: 251).

La escuela realista, positivista o *realpolitik*, que tiene su génesis con Tucídides (AC. 460-AC. 400) autor de la Historia de la guerra del Peloponeso, y Sun Tzu (Cerca siglos AC 400-320), maestro de El arte de la guerra, son reconocidos como fundadores históricos del realismo o *realpolitik* hace 2,400 años. El realismo concibe al hombre como un ser malo, egoísta y llevado por sus instintos para satisfacer sus propios intereses. En la frase de Leviatán de Thomas Hobbes (1651), “homo homini lupus” -el hombre el lobo del hombre-, Hobbes sostenía que la sociedad surgía de un acuerdo artificial, basado en el propio interés que busca la seguridad por temor a los demás. Cada Estado luchará por mantener un equilibrio de poder dentro del sistema internacional, para evitar que uno solo domine, establezca su hegemonía y determine el orden mundial.

Nicolás Maquiavelo (1532), en su obra El príncipe, desarrolla el concepto del arte de gobernar. El concepto “De la razón de Estado o el interés nacional” del Cardenal de Richelieu (1585-1642) influenció a Otto von Bismarck (1815-1898), quién desarrollará el equilibrio de las potencias o los poderes. Lenin (1870-1924), diría que la guerra es la continuación de la política internacional por medios violentos. Entre los contemporáneos encontramos a Hans Morgenthau, George Kennan, Kenneth Waltz y E.H. Carr; quienes analizan que el equilibrio de poder entre las potencias.

El Idealismo wilsoniano, propone confiar en que el individuo, la lucha por la integridad, la paz, el mantenimiento de la seguridad internacional y la cooperación en general, para así contribuir a la armonía del sistema internacional. La teoría, crearían la Sociedad de Naciones, la cual tomaría forma en la Conferencia de París, que años más tarde, en 1945, como Organización de las Naciones Unidas (ONU).

El orden y sociedad internacionales de Hedley Bull (1995) define el orden social en términos de obediencia a las normas de conducta o normas de derecho con principios inherentes al ser humano que permiten su funcionamiento dentro del sistema internacional, existiendo reciprocidad de intereses entre los Estados, conscientes de sus intereses y valores comunes que colaboran en el funcionamiento de las normas de comportamiento

internacional de instituciones comunes.

El neorrealismo o realismo estructural parte de una anarquía permanente que generara un balance entre los Estados a partir de la continua competencia; Los Estados están orientados hacia la búsqueda de la seguridad más que a la del poder, y continúa siendo el Estado el objeto y sujeto a la vez de derecho internacional (Kenneth Waltz, 1998).

La Economía-Mundo creada por Wallerstein, explica a partir de los procesos productivos, la acumulación, el consumo y la distribución de bienes, lo que generará cambios en los sistemas mundiales, son los aspectos económicos, antes que los políticos. La definición de persona como “homo economicus” (Smith, 1776), es que se comporta y relaciona con los demás por interés, teniendo como su principal objetivo el de acumular el mayor numero de bienes y riquezas, para aumentar su bienestar y tal acumulación se deriva del ser productivo. El mercado es la estructura política dominante, donde la competencia define las unidades eficaces que prosperan y acaba con las menos eficaces, vendiendo más barato en el mercado. Si un Estado llegara a controlarlo por completo, el mercado mundial estaría sometido a un control político, se eliminaría la competencia, resurgiría entonces el sistema de imperio-mundo, que supone la utilización del poder militar y político. Cuando se genera un conflicto, la parte más débil intenta que la confrontación se vuelva de carácter global, para que se genere un apoyo compensatorio de otros países y se logre que la desigualdad desaparezca o se genere otra (Taylor, 1994).

El marxismo, reconoció que la estructura económica es la base sobre la cual se eleva la superestructura política, en especial la estructura económica (Lenin, 1962, p. 5), critica la propiedad privada de los medios de producción, factor económico-social de la división de la sociedad humana en clases sociales antagónicas (propietarios y desposeídos), y la lucha de clases, del Estado, la administración de justicia, las guerras y otros fenómenos sociohistóricos. El sistema capitalista se revelaría transitorio, la teoría del valor-trabajo y de la plusvalía, explican en la contradicción irreconciliable entre los intereses de los capitalistas y los de los trabajadores asalariados, imprimen el carácter antagónico y transitorio de todas las relaciones; económicas del capitalismo (Marx y Engels, 1859).

El liberalismo clásico o comercial, considera la interdependencia económica, basada en el libre comercio, supone que las democracias liberales son más pacíficas que las autocracias; acepta la premisa realista de que el sistema internacional es anárquico y que los Estados son los actores primarios, en las relaciones internacionales (Achayra, 2007).

El constructivismo, las relaciones internacionales están formadas por fuerzas de poder, riqueza, las ideas, las normas, la historia, la cultura y la identidad. Las normas, una vez establecidas, tienen una vida propia; Crean y redefinen intereses y enfoques estatales. A través de la interacción y la socialización, los estados pueden desarrollar una “identidad colectiva” que les permita superar la política de poder y el dilema de seguridad (Achayra, 2007).

Por último, para el Papa Benedicto XVI, Europa se desarrollo sobre la base de la

convicción de la existencia de un Dios creador, que permite el desarrollo del concepto de los derechos humanos; la idea de la igualdad de todos los hombres ante la ley, la conciencia de la inviolabilidad de la dignidad humana de cada persona y el reconocimiento de la responsabilidad de los hombres por su conducta. La cultura de Europa nació del encuentro entre Jerusalén, Atenas y Roma; del encuentro entre la fe en el Dios de Israel, la razón filosófica de los griegos y el pensamiento jurídico de Roma. Este triple encuentro configura la íntima identidad de Europa. Con la certeza de la responsabilidad del hombre ante Dios y reconociendo la dignidad inviolable del hombre, de cada hombre, este encuentro ha fijado los criterios del derecho (Benedicto, XVI; 2009).

## 5 | MIGRACIÓN, REMESAS Y MEDIO AMBIENTE

En el mundo contemporáneo, la visión occidental de la migración, es parte de las relaciones económicas internacionales, que solo definen una parcela de la realidad (Angarita Calle, 2008) con su núcleo de componentes jurídicos, políticos, diplomáticos así como, institucional-gubernamental, económicos, sociales, militares, comerciales, culturales, medioambiental, geográfico-político, entre otras, e incluso deben contemplarse los elementos de carácter religioso, ideológico, axiológico e idiosincrásico, y no solo a cargo del Estado nacional o de los gobiernos o parlamentos, sino también de los agentes privados, las organizaciones internacionales y las entidades multilaterales o supranacionales, entre otros. Las relaciones internacionales entre los diferentes actores existentes, que se presentan de una manera organizada, a pesar de la inexistencia de una autoridad a nivel supranacional (anarquía) que ordene el funcionamiento del sistema internacional y de la sociedad de Estados (Calduch, 1991).

A pesar de la percepción de crecimiento económico del modelo económico liberal contemporáneo, la migración acompaña a las naciones los menos favorecidas, siendo el principal objetivo buscar el recurso económico para el consumo familiar.

<i>País</i>	<i>Emigrantes</i>	<i>País</i>	<i>Inmigrantes</i>
India	15.6 millones	Estados Unidos	46.6 millones
México	12.3 millones	Alemania	12.0 millones
Rusia	10.6 millones	Rusia	11.6 millones

Principales países emigrantes e inmigrantes en el mundo

Fuente: Secretaría de Gobernación, México, 2018.

México es el segundo país con más desplazados a otros países, el 8.75% de su población total (Segob, 2023)<sup>1</sup>, de los cuales 97% esta en Estados Unidos (Expansión,

<sup>1</sup> SEGOB, 2023. Panorama Migratorio.

2023)<sup>2</sup>; en cambio es el 158° país del mundo en porcentaje de inmigración, la cual procede principalmente de Estados Unidos, el 66.74%, Venezuela, el 5.88% y Guatemala, el 3.87%. México recientemente ha pasado de ser un país expulsor de migrantes y receptor de remesas, a un país de tránsito de migrantes, para enero–febrero 2023 se registraron 7.4 millones de eventos de entrada a México (Segob, 2023)<sup>3</sup>.

Esta migración, genera envío y recepción de remesas, contrario a la percepción general, las remesas son un indicador dependencia económica, para Rodríguez (2007), en un estudio econométrico realizado para México, encuentra una relación inversa entre el costo de vida, y el envío de las remesas, por lo que concluye, que el arribo de las remesas obedecen principalmente al detrimento de la economía nacional, son sensibles al aumento del costo de vida de las familias en México, por encima del ingreso del trabajador en Estados Unidos, siendo por tanto las remesas, un subsidio para el gasto de los hogares mexicanos, que representa una alta proporción del ingreso de las familias.

Esto se complementa datos del 2022, el 79% de las remesas mundiales tienen como destino un país con un nivel de ingreso bajo o medio. El Sur de Asia (India, Pakistán y Bangladesh), es la principal región receptora de remesas y concentra más de una quinta parte de las remesas mundiales; seguido de América Latina y el Caribe que recibe 17.9% de las remesas, donde destacan México, República Dominicana y Colombia. Entre 2021 y 2022, las regiones que más han contribuido al incremento mundial de las remesas han sido América Latina y el Caribe, y Europa y Asia Central (Ling, 2023).

El flujo de remesas a Asia Oriental y el Pacífico se ha visto mermado entre 2020 y 2021 debido a la contracción de estos recursos hacia China, se estima un crecimiento de solo 0.7% en 2022 y para 2023 se pronostica que se contraerá en 1.0%. En cambio, el crecimiento de las remesas en América Latina y el Caribe recibirá para 2023 será del 3.3%; Donde hay una alta dependencia de las remesas en 2022, medido como porcentaje del Producto Interno Bruto (PIB): Honduras el 26.9%, El Salvador 24.3%, Jamaica 23%, Haití 22.1%, Nicaragua 20.5%, Guatemala 19.4% y México 4.1% (Ling, 2023).

Las regiones empobrecidas de América Latina y el Caribe, y Asia Central, recogen remesas provenientes de expulsar sus trabajadores emigrantes en otros países, como símbolo de su deterioro económico; Estados Unidos recibe 46.6 millones de migrantes de todo el mundo, que representan el 14.5% de su población total, pero la población total del continente Americano es de 1,014 millones de habitantes, solo el 13% de la población mundial; Asia en cambio, cuenta con 4,600 millones de habitantes, el 60% de la población mundial; Europa solo 750 millones, el 10% de la población, África 1,300 millones de habitantes, el 17% y Oceanía el 1% (ONU, 219).

2 Expansión, 2023. Editorial con datosmacro.com Inmigración en México. ONU. Consultado en <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/mexico#:~:text=Si%20lo%20comparamos%20con%20el,%2C%20el%203%2C87%25.>

3 SEGOB, 2023. Durante enero – febrero de 2023 se registraron 7.4 millones de eventos de entrada a México. 02 de abril de 2023. Nacional, consultado en <https://www.gob.mx/segob/prensa/durante-enero-febrero-de-2023-se-registraron-7-4-millones-de-eventos-de-entrada-a-mexico>

El saldo, es que los continentes americano y el europeo, a pesar de tener los países más buscado por los migrantes del mundo, cuenta con grandes regiones dependientes de las remesas, una población relativamente pequeña respecto a la mundial, y una tendencia de crecimiento del deterioro económico, la mayor parte de occidente que solo representa el 23% de la población mundial.

Por otro lado, Asia con su 60% de la población, cuenta con la región de China, que ahora absorbe gente, ya que sus remesas son negativas, lo que habla de una economía en crecimiento, que no expulsa manos de obra, sino que la atrae; Una probable tendencia de futuro, es que atraiga mano de obra de India y comience a disputarla con Europa. Este es la configuración general de la migración y las remesas en el mundo, basadas en la búsqueda del bienestar económico convencional capitalista.

Este modelo de relaciones comerciales internacionales sobre las que están montadas las relaciones de migración, son relaciones que teóricamente se desarrollan por conveniencia, es decir, en la búsqueda de la ganancia del dueño de los medios de producción y ante, la necesidad imperante del agente que promueve la venta de su mano de obra, la cual es legítimamente dignificante en trabajo remunerado, y que busca en la empresa su desarrollo, no es en sí una explotación *per-sé*, si no una relación capitalista de rentabilidad mutua que pueden ofrecer los países con mejores condiciones económicas y comerciales.

Sin embargo, el sistema debe ser mas justo, además de con los seres humanos, con el medio ambiente. Debido al abuso de las condiciones materiales del sistema de producción contemporáneo, los eventos catastróficos globales nos toman desprevenidos; desde una pandemia global que recién superamos, hasta los factores ambientales que vuelven a ser una variable determinante para fijar los criterios de la migración económica; se presenta otra de carácter climático, durante el 2023 el sur de Europa anuncia temperaturas mayores a los 45 grados (Expansión, 2023). Canadá rompe un récord con 10 millones de hectáreas quemadas por 4,088 megaincendios desde enero de 2023 (Expansión, 2023 a); y en México, Junio 2023 es el mes más seco y caluroso en 82 años desde 1941, se rompió el récord histórico nacional en temperatura máxima el 1° julio con 50.2 grados en Mexicali, Baja California (Expansión 2023 b) y llegan a los 45 grados en Baja California, Baja California Sur, Sonora, Chihuahua, Coahuila, Nuevo León, Tamaulipas, Campeche y Yucatán, según el Servicio Meteorológico Nacional (El financiero, 2023).

Como en tiempos de la edad primitiva, la migración y la economía, pueden volver de nuevo a su sinergia, en su sentido más básico, administración de los recursos materiales escasos para la sobrevivencia de la especie. México recientemente ha pasado de ser un país expulsor de migrantes y receptor de remesas, a un país de tránsito de migrantes, para enero-febrero 2023 se registraron 7.4 millones de eventos de entrada a México (SEGOB, 2023)<sup>4</sup>. Se estima, México con 11´185,737 de emigrantes, es el segundo país con más

<sup>4</sup> SEGOB, 2023. Durante enero – febrero de 2023 se registraron 7.4 millones de eventos de entrada a México. 02 de

desplazados a otros países<sup>5</sup>, el 8,75% de su población total, de los cuales 97% esta en Estados Unidos (Expansión, 2023)<sup>6</sup>; en cambio es el 158° país del mundo por porcentaje de inmigración, la cual procede principalmente de Estados Unidos, el 66,74%, Venezuela, el 5,88% y Guatemala, el 3,87%. La migración en México, genera remesas por 58,497 millones de US dólares en 2022 según el banco de México; para mayo de 2023, se tiene el récord de recepción en un mes con 5,693 millones de dólares, acumulando 37 meses consecutivos con crecimiento, iniciado desde mayo de 2020 (Li, 2023)<sup>7</sup>.

## 6 I MÉXICO, LA TRANSICIÓN AGROECOLOGÍA Y LA LEGISLACIÓN ABIERTA

El Gobierno federal mexicano, ha promulgado los decretos de fecha del 31 de diciembre de 2020 y otro del 13 de febrero del 2023, para la prohibición del glifosato y el uso de maíces transgénicos de consumo humano que entrará en vigor plena el 31 de marzo del 2024, con lo cual se buscará garantizar el derecho del artículo 4 constitucional, a la sana alimentación, nutritiva, suficiente, de calidad, que protege a la salud y promueve un medio ambiente adecuado para el desarrollo y bienestar (DOF, 2023).

México se une a la transición agroecológica con otros 29 países, que se encuentran en transición de prohibición del glifosato a recomendación de la Agencia Internacional de Investigación de Cáncer, la Organización Mundial de la Salud y la Federación Internacional de Ginecología y Obstetricia. 17 países -Austria, Italia, Francia, Países Bajos, Dinamarca, El Salvador, Vietnam, Bermudas, Vietnam y Alemania a partir del 31 de diciembre de 2023, entre otros- han prohibido totalmente el uso de los glifosatos por que tiene efectos nocivos en la salud de los seres humanos, el medioambiente y la diversidad biológica, y ha sido identificado como probable carcinogénico en humanos (WWF, 2022). 34 municipios de otros 6 países se han unido a la prohibición: En Argentina 12 ciudades: Bariloche, El Bolsón, Cholila, Lago Puelo y Epuyén, Montecarlo, General Alvear, Rosario, Rincón, Santa Fe, Las Paraná, Concordia y San Luis; 9 en Canada: Vancouver y ocho de las diez provincias. (Ecoamerica, 2022); 4 en España: Barcelona, Madrid, Zaragoza y Tarragona; 3 en Estados Unidos; Key West, Los Ángeles y Miami; 2 en Escocia: Aberdeen y Edimburgo; y 2 en Nueva Zelanda: Auckland y Christchurch; además de 5 países que esperan prohibirlo en un futuro próximo: Australia, Inglaterra, Malta, Eslovenia y Suiza.

La industria pecuaria demanda y controla gran parte de la importación del maíz

---

abril de 2023 | Nacional, consultado en <https://www.gob.mx/segob/prensa/durante-enero-febrero-de-2023-se-registraron-7-4-millones-de-eventos-de-entrada-a-mexico>

5 Los tres países con el mayor número de emigrantes en el mundo son India (15.6 millones), México (12.3 millones) y Rusia (10.6 millones). Nuestro país también ocupa la primera posición tanto entre países miembros de la ocde como en América Latina. SEGOB, 2023. Panorama Migratorio.

6 Expansión, 2023. Editorial con datosmacro.com Inmigración en México. ONU. Consultado en <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/mexico#:~:text=Si%20lo%20comparamos%20con%20el,%2C%20el%203%2C87%25>.

7 Li, 2023. BBV, Reserch. Migración y Remesas, México "Día de las Madres" lleva a las remesas a nuevo máximo histórico: 5,693 md en mayo. Juan José Li Ng, 3 de julio de 2023. Consultado en [https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2023/07/Remesas\\_Mexico\\_y\\_Mundo\\_2023.pdf](https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2023/07/Remesas_Mexico_y_Mundo_2023.pdf)

para alimentar a las empresas y a las transnacionales (Ribeiro, 2023); México importa 3,000 millones de dólares de maíz transgénico cultivado con glifosato desde Estados Unidos, alrededor de 15 millones de toneladas para 2022 (Cota, 2023). El acuerdo comercial firmado entre México, Estados Unidos y Canadá (T-MEC), no permite las prohibiciones de importaciones, por lo que Estados Unidos solicita, la formación de un panel de expertos independientes para la resolución de la controversia argumentando que no está basada en la ciencia esta medida (Cota, 2023) y pide a México que demuestren científicamente que el maíz transgénico es dañino para la salud (Ribeiro, 2023), aún cuando la Suprema Corte de Estados Unidos sentenció indemnizar por 25 millones de dólares a Edwin Hardeman, norteamericano que demandó a Bayer-Monsanto por contraer linfoma no-Hodgkin a partir del uso habitual de glifosato. La condena sienta una importante jurisprudencia para otras 30,000 denuncias presentadas ante el Poder Judicial norteamericano contra la agrotóxica estrella del modelo transgénico: el glifosato (Tierra Viva, 2022).

Bayer-Monsanto, monopolio agroalimentario que controla las patentes de las semillas mejoradas, y promueve el uso de los agroquímicos para su producción, incluyendo el glifosato; Antes de las prohibiciones, varios países sorteaban los grandes desafíos en relación al medio ambiente y la seguridad alimentaria y nutricional de la población, con el paso del tiempo han surgido experiencias de políticas públicas y prácticas agroecológicas, implementadas en diversas partes del mundo donde existe una motivación por parte de agricultores y la sociedad en general de realizar una transición de los hábitos que creían correctos en relación a la producción y consumo de productos agrícolas, con la finalidad de mejorar los niveles de nutrición de las familias teniendo alimentos libres de químicos y contribuyendo a la protección y rescate de la biodiversidad, por medio de políticas públicas que cambien el modelo tradicional de las prácticas agrícolas.

## 7 | CONSIDERACIONES FINALES

La relación entre migración y remesas es de causa efecto, pero la profundidad del fenómeno de la migración está ligada a búsqueda de mejores condiciones de vida y de una mejor economía respecto a las sociedades primitivas que migraban constantemente para poder lograrla, como un hábito de vida. Solamente fue el encuentro con mejores condiciones de vida lo que permitió aumentar el tiempo de la migración en un territorio, que transformó las mismas, y promovió la permanencia.

Antes como ahora, solamente una parte de esa sociedad ha podido permanecer estable, ya que el modelo hacia el que evolucionó la sociedad occidental está basado en las relaciones de poder que tienden o han inducido a las políticas que favorecen a un grupo especial de países; y dentro de estos, a una cúpula de sus habitantes; promoviendo que los países subdesarrollados, impulsen la migración y busquen mejores condiciones económicas, siendo las remesas ese vínculo con el pasado, con la familia y con la tierra.

Esta relación revela las condiciones de precariedad del país del emigrante, las cuales serán proporcionalmente mayores, cuanto mayor sea el envío de recursos, ya que esas remesas muestran la necesaria subsidiariedad de un recurso externo, para complementar los gastos del hogar. México, es después de la India, es el segundo receptor de remesas, batiendo récord en mayo del 2023 como el mes en que mayores recursos recabó. A la par de las remesas, en el mundo, pero sobre todo en México, aquejan las condiciones adversas medio ambientales, propiciadas por las mismas relaciones capitalistas que empujaron a los migrantes a distanciarse de sus familias y sus territorios.

Este modelo económico, ha promovido la producción de alimentos con componentes nocivos al medio ambiente y a la salud humana, lo cual vuelve más precaria la vida de las sociedades vulneradas por la mala economía y la falta de oportunidades. México ha podido responder a esta urgente necesidad de limitar al modelo económico de referencia, al menos en lo tocante a los alimentos, decretando para el 2024 la prohibición de maíz transgénico para consumo humano, así como el herbicida llamado glifosato, uniéndose a 29 países que están en proceso de prohibición del agroquímico, y proponiéndose la transición agroecológica para librar a la región mexicana de productos nocivos para el medio ambiente y el ser humano. Y es que, esto último puede detonar en un futuro cercano en el cambio de las recomposiciones en las relaciones económicas internacionales, ya que es probable que en breve, las migraciones retomen sus fines antropológicos, ante la devastación climática en la que estamos inversos, y la búsqueda de los alimentos libres de químicos nocivos, sean un agente receptor o al menos retenedor a las economías que hoy expulsan mucha mano de obra mexicana y latinoamericana, que representan manos de obra creadora y creativa, que debería ser aprovechada por sus lugares de origen; y que, en un contexto de gobierno y parlamento abierto, pueden propiciarse las condiciones legales para exhibir los abusos de algunas firmas multinacionales que, en aras de la obtención de la ganancia han pervertido los fines de alimentar a la población, creando productos nocivos para el medio ambiente y la salud humana. Y, conjuntamente, el embate ecológico y la búsqueda de alimentos, pueden ser el hilo conductor que redireccione las nuevas regiones de desarrollo y migración en favor del desarrollo humano.

## REFERENCIAS

Acharya, Amitav y Buzan, Barry (2007) “¿Por qué no se puede ir Non-Western teoría: Una Introducción”, las relaciones internacionales de la región de Asia y el Pacífico (Edición Especial, octubre de 2007).

Angarita-Calle, C. H. (2008). Las relaciones económicas internacionales: un enfoque teórico. *Papel Político*, 13(1), 261-298.

Benedicto, X. V. I. (2009). *Caritas in veritate*. Seminarios sobre los ministerios en la Iglesia, 55(192), 77-102.



Bernal-Meza, R. (2018). Dos aportes teóricos latinoamericanos de relaciones internacionales y su utilización por el pensamiento chino contemporáneo: los casos de Prebisch y Escudé. *Revista de estudios sociales*, (64), 75-87.

Bull, H. (1995). *The Theory of International Politics, 1919–1969* (1972). In *International theory: Critical investigations* (pp. 181-211). London: Palgrave Macmillan UK.

Bull, Hedley (1977) *La sociedad anárquica* (10 de 1932 - mayo 18 de 1985); profesor de relaciones internacionales en la Universidad Nacional Australiana, la Escuela de Londres de la Economía, y la Universidad de Oxford. Cardenal de Richelieu (1585-1642)

Cárdenas Elorduy, Emilio. "El camino hacia la teoría de las relaciones internacionales (biografía de una disciplina)", en *Revista Mexicana de Ciencias Políticas*. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, enero-marzo 1971, pp 5-23

Carr, E. H., & Spottorno, S. O. (1984). *Historia de la Rusia soviética*. Alianza.

Clark, I. (1998). Beyond the great divide: Globalization and the theory of international relations. *Review of international studies*, 24(4), 479-498.

Expansión, 2023. Editorial con datosmacro.com Inmigración en México. ONU. Consultado en <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/mexico#:~:text=Si%20lo%20comparamos%20con%20el,%2C%20el%203%2C87%25>.

Gamble y Pyne 1996: 251; en Riggirozzi, P., & Tussie, D. (2012). *The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America* (pp. 1-16). Springer Netherlands.

George Kennan; en Rodríguez, G. P. (2005). *George F. Kennan y su modelo estratégico*. Boletín de Información, (289), 5.

Hans Joachim Leu. "Introducción al estudio de las relaciones internacionales", en *Politeia*. No. 1 Instituto de Estudios Políticos, Facultad de Derecho, Universidad Central de Venezuela, Caracas, pp. 89-119.

Hans-joachim, P. (1991). Impulsive and continuously acting control of jump processes-time discretization. *Stochastics: An International Journal of Probability and Stochastic Processes*, 36(3-4), 163-192.

Hirst, P., & THOMPSON, G. (1996). *Globalization-Frequently Asked Questions and Some Surprising Answers*. *Globalization and labour relations*, 36-56. Hirst, P., & Thompson, G. (1995). *Globalization and the future of the nation state*. *Economy and Society*, 24(3), 408-442.

Hobbes, T. (1979). *Leviatán*. Madrid: Editorial Nacional.

Hurrell, A. (1995). Explaining the resurgence of regionalism in world politics. *Review of International Studies*, 21(04), 331-358.

Kissinger, H. (1999). original en inglés de 1994. *La diplomacia*.

Küng, H. (1999). A global ethic in world politics: The middle way between "real politics" and "ideal politics". *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 5-19.

Lenin, V. (1962). Obras escogidas tomo II. Moscú: Editorial Progreso.

Li, 2023. BBV, Reserch. Migración y Remesas, México "Día de las Madres" lleva a las remesas a nuevo máximo histórico: 5,693 md en mayo. Juan José Li Ng, 3 de julio de 2023. Consultado en [https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2023/07/Remesas\\_Mexico\\_y\\_Mundo\\_2023.pdf](https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2023/07/Remesas_Mexico_y_Mundo_2023.pdf)

Maquiavelo, N. (2001). El príncipe. Bogotá: Panamericana.

Marx, K., y Engels, F. (1848). Obras completas, el tomo 23 de la edición de Dietz Verlag. libro primero, sección primera, capítulo I, 4, "El carácter fetichista de la mercancía y su secreto".

Marx, K. (1975). El capital. México: Siglo XXI (1979, Berlín: Dietz Verlag).

Morgenthau O, H. (1986). Política entre las naciones: la lucha por el poder y la paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

Naciones Unidas (2019-2023). 2019 Revision of World Population Prospects > Data Booklet. Página 15. [https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_DataBooklet.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_DataBooklet.pdf)

Sagan, C. (1995). Un punto azul pálido. Buenos Aires: Planeta, 1996. Calvo Hernando M. Antecesores ilustres de la divulgación científica. Periodismo científico 2001, (35), 4-5.

Segob, 2018. Migración internacional: tendencias mundiales y dimensiones del fenómeno en México PM01. Febrero de 2018. Centro de Estudios Migratorios/Unidad de Política Migratoria/ Subsecretaría de Población, Migración y Asuntos Religiosos/ Secretaría de Gobernación Versalles 15, piso 2, col. Juárez, delegación Cuauhtémoc, C.P. 06600, Ciudad de México. <https://portales.segob.gob.mx/work/models/PoliticaMigratoria/CEM/Investigacion/PM01.pdf>

SEGOB, 2023. Durante enero – febrero de 2023 se registraron 7.4 millones de eventos de entrada a México. 02 de abril de 2023. Nacional. <https://www.gob.mx/segob/prensa/durante-enero-febrero-de-2023-se-registraron-7-4-millones-de-eventos-de-entrada-a-mexico>

SEGOB, 2023. Durante enero – febrero de 2023 se registraron 7.4 millones de eventos de entrada Expansión, 2023. Editorial con datosmacro.com Inmigración en México. ONU. <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/mexico#:~:text=Si%20lo%20comparamos%20con%20el,%2C%20el%203%2C87%25>.

Smith, A. (1994). Riqueza de las naciones (1776). Madrid: Alianza, 37, 67-72.

Stanley Hoffmann (1977), "An American Social Science: International relations" (Deadalus, 1977); Ole Wæver, "The Sociology of a not so International discipline: American and European developments in International Relations," International Organization, 52:4 (1998), 687-727;

Stephen M. Walt (Spring 1998) "Relaciones Internacionales: Un mundo, muchas teorías", la política exterior. págs. 29-46.

Sun, T. (2016). El arte de la guerra. Aegitas.

Taylor, J. (1994). Geografía política: economía mundo. Estado-nación y localidad. Madrid: Trama.

Vázquez, A. L. (2016). Aspectos ontológicos y epistemológicos en las Relaciones Internacionales: Breves propuestas de abordajes teóricos. *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, 5(1), 41-60.

Vélez, A. V. (2006). La elite intelectual colombiana y la nación imaginada: raza, territorio y diversidad (1904-1940). *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, 11(1), 45-71.

Wallerstein, I. (1991). The national and the universal: Can there be such a thing as world culture?. In *Culture, Globalization and the World-system* (pp. 91-105). Macmillan Education UK.

Walt, Stephen M. "Relaciones Internacionales: Un mundo, muchas teorías", la política exterior (Spring 1998), págs. 29-46.

Waltz, Kenneth "Reflections on Theory of International Politics: A Response to My Critics", en Robert Keohane, ed. *Neorealism and Its Critics* (Nueva York: Columbia University Press, 1986), págs. 322-45.

Wyatt-Walter, A. (1995). Globalization, corporate identity and European technology policy1. *Journal of European Public Policy*, 2(3), 427-446.

# FACTORES DETERMINANTES PARA A SUBIDA DE PREÇOS DOS PRODUTOS DE PRIMEIRA NECESSIDADE DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2022 EM NAMPULA – MOÇAMBIQUE

*Data de submissão: 29/08/2023*

*Data de aceite: 01/09/2023*

### **Nelson Jafete Elina Zacarias**

Gestor de Recuperação de Crédito  
Licenciado em Engenharia Informática,  
pela Universidade Zambeze – Faculdade  
de ciências e Tecnologia, Cidade da Beira;  
Estudante de Mestrado em Administração  
e Gestão de Negócio na Universidade  
Católica de Moçambique – Faculdade  
de Educação e Comunicação, Cidade de  
Nampula.

### **Esmael Mussenga Abudala**

Gestor de Vendas  
Licenciado em Gestão do  
Desenvolvimento, pela Universidade  
Católica de Moçambique – Faculdade  
de Educação e Comunicação, Cidade de  
Nampula.  
Estudante de Mestrado em Administração  
e Gestão de Negócio na Universidade  
Católica de Moçambique – Faculdade  
de Educação e Comunicação, Cidade de  
Nampula.

### **Janeth Pires Gustão**

Oficial de Monitoria e Avaliação  
Licenciado em Contabilidade e  
Auditoria, pela Universidade Católica de  
Moçambique – Faculdade de Economia e  
Gestão, Cidade da Beiras;  
Estudante de Mestrado em Administração  
e Gestão de Negócio na Universidade

Católica de Moçambique – Faculdade  
de Educação e Comunicação, Cidade de  
Nampula.

### **Edson Fernandes Martinho Manuel**

Gestor Regional de Vendas  
Licenciado em Informática, pela  
Universidade Pedagógica – Escola  
Superior Técnica, Cidade da Nampula;  
Estudante de Mestrado em Administração  
e Gestão de Negócio na Universidade  
Católica de Moçambique – Faculdade  
de Educação e Comunicação, Cidade de  
Nampula.

**RESUMO:** Os preços internacionais dos produtos têm estado a registar aumentos significativos nos últimos tempos, atingindo níveis históricos, uma tendência que conheceu novos desenvolvimentos em resultado do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Não há uma previsão temporal da duração deste quadro, gerando-se um contexto de incertezas, o que colocou Moçambique e países da região numa situação de vulnerabilidade, devido à competição existente para a mesma carga com diversos destinos. Importa referir que este artigo tem como objectivo descrever a actual cenário de negocio na cidade

de Nampula, verificar os prejuízos nas suas operações e o que pode colocar em causa a garantia da capacidade de reposição e continuidade no fornecimento. Do ponto de vista metodológico, bibliográfico a pesquisa foi usada para apoiar as informações recolhidas no terreno (Campo), sendo que o tipo de pesquisa é classificada como exploratório, com um foco quantitativo e está ligada diretamente à quantificação dos dados. Os resultados mostram que uma parte das especulações dos preços na cidade de Nampula, conferem a realidade do material, sendo que há muita influência do aumento de preço de combustível (diesel – principal combustível usado pelos camiões no transporte de cargas pesadas) sobre a subida de preços dos produtos de primeira necessidade.

**PALAVRAS – CHAVE:** Preços dos Produtos, Demanda, Guerra Rússia – Ucrânia.

## DETERMINING FACTORS FOR THE RISE IN PRICES OF BASIC NECESSITIES DURING 2022 FIRST QUARTER IN NAMPULA – MOZAMBIQUE

**ABSTRACT:** International product prices have been registering significant increases in recent times, reaching historic levels, a trend that has seen new developments as a result of the conflict between Russia and Ukraine. There is no forecast for the duration of this framework, creating a context of uncertainty, which placed Mozambique and countries in the region in a vulnerable situation, due to the existing competition for the same cargo with different destinations. It should be noted that this article aims to describe the current business scenario in the city of Nampula, verify the losses in its operations and what can jeopardize the guarantee of replacement capacity and continuity of supply. From a methodological, bibliographical point of view, the research was used to support the information collected in the field (Field), and the type of research is classified as exploratory, with a quantitative focus and is directly linked to the quantification of data. The results show that part of the speculation on prices in the city of Nampula confirms the reality of the material, given that there is a lot of influence from the increase in fuel prices (diesel – the main fuel used by trucks to transport heavy loads) on the rise in prices of basic necessities.

**KEYWORDS:** Product Prices, Demand, Russia-Ukraine War.

## 1 | INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas (2022, cit. em Cláudio e Samo, 2022):

indicam que o país registou um aumento de preços na ordem de 3,34% durante o primeiro trimestre deste ano. Produtos alimentares, bebidas não alcoólicas e transportes foram os que mais sofreram agravamento de preços em todo o país. Sendo que na cidade de Nampula houve a subida de 1,26% Beira com 0,59% e Maputo com 0,45% (p. 2).

Tendo a subida de preços de produtos de primeira necessidade como uma preocupação, é necessário que sejam feitos estudos para a análise dos factores associados a subida de preços de produtos. Da mesma forma, há especulações de que a subida de preços dos combustíveis influenciado pela guerra entre a Rússia e Ucrânia, como a mídia fala nos últimos tempos.

Por tanto, esta pesquisa procura confirmar ou refutar definitivamente estas especulações e responder quais são os factores que determinaram a subida de preços dos produtos de primeira necessidade no primeiro trimestre de 2022?

Esta pesquisa tem como objectivo geral: Identificar os factores directos no sentido macro, especulados e sendo associados a subida de preços de produtos de primeira necessidade na província de Nampula no contexto actual durante o periodo em análise.

Tendo como os especificos: Identificar qual o grau de influência da produção Local dos Produtos de Primeira Necessidade, Importação de Produtos de Primeira Necessidade e realmente o preço combustíveis (neste caso em especial o diesel) sobre a subida de preços geral dos Produtos de Primeira Necessidade.

## 2 | REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Instituto Nacional de Estatística (2010), microeconómica, também chamada Teoria de Preços, estuda o comportamento dos consumidores, produtores e o mercado onde estes interagem, esta fala sobre factores que se relacionam com a subida de preços de produtos: a subida continua no preço de combustíveis (p.4).

Os preços internacionais dos produtos derivados do petróleo têm estado a registar aumentos significativos nos últimos tempos, atingindo níveis históricos, uma tendência que conheceu novos desenvolvimentos em resultado do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Não há uma previsão temporal da duração deste quadro, gerando-se um contexto de incertezas, o que colocou Moçambique e países da região numa situação de vulnerabilidade, devido à competição existente para a mesma carga com diversos destinos. Importa referir que com o actual cenário, os operadores nacionais já registam prejuízos nas suas operações, o que pode colocar em causa a garantia da capacidade de reposição e continuidade no fornecimento.

Na perspectiva dos acontecimentos recentes, existe uma forma de pensar que com o nível de produção proporcional a demanda existente em Nampula e ou em todo País, esta crise de guerra entre a Rússia e Ucrânia teriam efeitos muito reduzidos em relação aos hoje vivenciados.

Desta feita, para Cunguara (2011),

O crescimento agrícola é fundamental para o bem-estar de povo e pode ser uma fonte essencial para promover o crescimento económico. Para o pobre, que geralmente gasta uma elevada proporção do seu rendimento na compra de alimentos, o crescimento agrícola possui o benefício directo da redução da inflação dos produtos básicos. Em fevereiro de 2008 e setembro de 2010, as manifestações violentas verificadas em Moçambique foram causadas em parte pela inflação dos produtos alimentares, porque o Metical esteve fraco em relação ao Rand, e importar da África do Sul era cada vez mais caro (p. 1).

Ligando o pensamento do autor acima, pensamos que a *produção agrícola interna*,

iria de certa forma ou total, suprir as necessidades hoje sofridas pela população e existiria um controle sobre o *preço dos produtos da primeira necessidade* no mercado interno, ou seja, o aumento da *produção interna* poderia de alguma forma controlar o preço dos produtos, assim como elucida o autor abaixo.

Vale ressaltar que o autor Thurlow (2008, cit. em Cunguara 2011), o crescimento agrícola beneficia os pobres tanto rurais, como urbanos, proporcionando-lhes mais alimentos e matéria-prima a preços baixos e reduzindo a pobreza através do crescimento na produtividade laboral e nas oportunidades de emprego nas zonas rurais (p. 1).

Outro ponto levantado que influencia os preços dos PPN, é o factor percentagem de importação *de produtos*, que pode regular o preço dos PPN de forma directa analisando o cenário actual em que a produção interna é insuficiente.

Segundo Segalis, França e Atsumi (2012, cit. em Faria, Xu e Vallim, 2021):

A importação consiste nas compras internacionais efetuadas por um país, pelas pessoas jurídicas de direito público, privado ou pessoas físicas, e que geralmente possuem dois objetivos: consumo próprio, que podem servir como matérias-primas ou equipamentos para a produção de bens nacionais; e revenda, com a intenção de gerar lucro para a empresa (p. 5).

Não obstante, a análise dos custos de importação é crucial em um processo de importação, pois é através dessa análise que os gestores e as empresas importadoras tomam decisões de comprar as mercadorias importadas ou não.

Nesta perspectiva, alguns elementos macroeconómicos como a taxa de câmbio e a inflação terão um impacto directo na disponibilidade de alimentos.

Os produtos importados neste período em análise, podem ter sofrido bastante o seu preço devido ao preço dos combustíveis, influenciado pela guerra Rússia e Ucrânia, o que leva a um terceiro factor não menos importante que é o preço do combustível usado para transporte de carga pesada (neste caso analisaremos o Diesel).

Provavelmente, este factor combustível (Diesel), acaba influenciando sobre o preço dos PPN porque a *produção interna* existente, não consegue suprir as necessidades da população actualmente ou no período em análise, o que sugere que deve-se *importar* uma outra parte dos PPN.

Nesta perspectiva, ao importar produtos, especialmente neste período em que o combustível no mercado internacional sofreu agravamento de preços devido ao efeito da guerra entre Rússia e Ucrânia, naturalmente irá criar um efeito *dominó* sobre os custos de transportes e conseqüentemente sobre o preço dos produtos finais importados.

### 3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa assenta-se na abordagem quantitativa. Segundo Knechtel (2014),

A pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que actua sobre um problema humano ou social, é baseada no teste de uma teoria e composta

por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico, com o objetivo de determinar se as generalizações previstas na teoria se sustentam ou não (p.2).

O autor citado acima, dá continuidade dizendo que a pesquisa quantitativa, está ligada ao dado imediato, ou seja significa que ela se preocupa com a quantificação dos dados, comprovando se uma teoria é válida ou não a partir de análises estatísticas. A pesquisa quantitativa está ligada diretamente à quantificação dos dados, na experimentação, na mensuração e no controle rigoroso dos fatos.

Os pressupostos básicos desse tipo de pesquisa, segundo o autor acima citado, são: a preocupação primária com os processos, não se preocupando directamente com o resultado e o produto; o interesse pelo significado, como as pessoas relatam suas vivências e experiências, sua visão de mundo; a busca por informações directamente no campo de pesquisa; a ênfase na descrição e explicação de fenómenos; a utilização de processos indutivos, a fim de construir conceitos, hipóteses e teorias.

A população da pesquisa é composta pela taxa de aumento de preços em Moçambique 3,34%. Contudo, para esta pesquisa foi usada apenas 1,26% da taxa de aumento de preços na província de Nampula.

Esta pesquisa quanto a sua natureza é básica pois é socialmente construída da realidade; a técnica usada para a recolha de dados é a entrevista e observação detalhada (métodos interpretativos); estuda casos específicos; valoriza as descrições detalhadas; faz uso de narrativas históricas, materiais biográficos e autobiográficos. Quais seriam os tipos de pesquisa que ela envolve? Segundo Demo (1995), “são pesquisas participantes, pesquisa acção, histórica, oral, fenomenológica, análises de grupos, entre outras. É um tipo de pesquisa que procura abrir novas perspectivas de observação, e quanto ao seu objectivo é descritiva” (p. 133).

Tipo de variável	Nome da variável	Classificação	Descrição
Dependente	Subida de preço (%SubP)	Quantitativa	Refere-se a subida de preço, nos produtos da primeira necessidade
Independente	Percentagem de produção interna (%PInt)	Quantitativa	Trata-se da capacidade de produção interna, como uma região.
	Percentagem de importações (%Imp)	Quantitativa	Trata-se da capacidade que a Província de nampula tem de importar produtos da primeira necessidade.
	Preço Diesel (Pdiesel)	Quantitativa	Trata-se do recurso que influência na economia dum país, desde que a carga pesada é feita através de camiões de Diesel



## 4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

### a) Análise Univariada

sum subp pimp

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
subp	20	1.805	1.060226	.2	3.34
pimp	20	80.55	7.161483	65	89

A subida de preço média é de 1.805 %, sendo que o desvio padrão de subida de preço é de 1.060% e a percentagem de importação média é de 80.55% o seu desvio padrão é de 7,161%. A mínima subida de preço registou-se em 2% e a máxima de 3.34%, enquanto que a mínima percentagem de importação foi de 65% e máxima de 89%.

### b) Análise Bivariada

Pearson chi2(256) = 320.0000 Pr = 0.004

. tab2 pdiesel pimp, cell chi2 expected firstonly

-> tabulation of pdiesel by pimp

Key
frequency
expected frequency
cell percentage

pdiesel	pimp					Total
	85.5	86	87	88	89	
61.71	0 0.3 0.00	1 0.3 5.00	0 0.3 0.00	0 0.7 0.00	0 0.3 0.00	7 7.0 35.00
70.97	1 0.3 5.00	0 0.3 0.00	1 0.3 5.00	2 0.7 10.00	1 0.3 5.00	7 7.0 35.00
83.15	0 0.3 0.00	0 0.3 0.00	0 0.3 0.00	0 0.6 0.00	0 0.3 0.00	6 6.0 30.00
Total	1 1.0 5.00	1 1.0 5.00	1 1.0 5.00	2 2.0 10.00	1 1.0 5.00	20 20.0 100.00

Pearson chi2(32) = 40.0000 Pr = 0.157

A associação entre Preço de Diesel e Percentagem de Importação é estatisticamente significativa a 32% de nível de significância.

Correlação entre Subida de Preço e Preço de Combustível & Correlação entre Percentagem de Importação e Percentagem de Produção respectivamente:

```
. cor subp pdiesel
(obs=20)
```

	subp	pdiesel
subp	1.0000	
pdiesel	0.9319	1.0000

```
. cor pimp pint
(obs=20)
```

	pimp	pint
pimp	1.0000	
pint	-1.0000	1.0000

A relação entre subida de preço e Preço de Diesel é positiva e alta de 93,19%. Entre percentagem de importação e percentagem de produção interna é de - 10%, é negativa.

Correlação entre Subida de Preço e percentagem de Importações & Subida de Preço em relação a percentagem de produção respectivamente:

```
. cor subp pimp
(obs=20)
```

	subp	pimp
subp	1.0000	
pimp	-0.6013	1.0000

```
. cor subp pint
(obs=20)
```

	subp	pint
subp	1.0000	
pint	0.6013	1.0000

A relação entre subida de preço e percentagem de importação é negativa de 60,13%. Entre subida de preço e Produção interna é positiva e não alta de 60,13%.

c) Análise Multivariada (quantitativa):

```
. regress subp pint pimp pdiesel
note: pimp omitted because of collinearity
```

Source	SS	df	MS	Number of obs =	20
Model	18.7329731	2	9.36648655	F( 2, 17) =	60.67
Residual	2.62452663	17	.154383919	Prob > F =	0.0000
Total	21.3574997	19	1.12407893	R-squared =	0.8771
				Adj R-squared =	0.8627
				Root MSE =	.39292

subp	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
pint	.0166042	.0152296	1.09	0.291	-.0155275 .0487358
pimp	0	(omitted)			
pdiesel	.1041242	.0123288	8.45	0.000	.0781126 .1301358
_cons	-5.950648	.7592535	-7.84	0.000	-7.552532 -4.348763

## 5 | CONCLUSÃO

Após uma extensa e exaustiva análise de dados desta pesquisa, chegou-se a conclusão que uma parte das especulações, conferem a realidade material, sendo que há muita influência do aumento de preço de combustível (diesel – principal combustível usado pelos caminhões no transporte de cargas pesadas) sobre a subida de preços dos produtos de primeira necessidade, cujo estatisticamente é significativo em relação a importação de produtos de primeira necessidade, como demonstram os resultados.

Do mesmo modo, no período em análise, os resultados mostram que houve dependência de importação dos Produtos de Primeira Necessidade, significando que há insuficiente produção interna para satisfazer as necessidades dos consumidores na cidade de Nampula.

Em suma, no sentido macro, a subida de preços de combustíveis (diesel) e componente importação, cujo os custos já vêm elevados devidos a subida de preços de combustíveis no mercado internacional, mostraram-se implacáveis para o aumento de preço dos PPN. Aliado a isso está a fraca produção interna, por isso eis uma sugestão para breve: Há necessidade do Governo criar políticas que catalizem e dinamizem a produção interna para satisfazer as necessidades locais.

## REFERÊNCIAS

- a. Cláudio, C. & Samo, E. S. (Coords.). (2022). *Índice de preço no consumidor*. Moçambique.
- b. Cunguara, B. (2011). *O Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário*. Maputo, Moçambique.
- c. Faria, H. M. O., Xu, S & Vallim, C. R. (2021). *Gestão de custos e precificação de produtos importados: um estudo comparativo entre China e Portugal*. Portugal.
- d. Instituto Nacional de Estatística (2010). *Estatística Distrital (Estatísticas do Distrito de Mabote)*. Maputo, Moçambique.
- e. Knechtel, M. R. (2014). *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba, Brasil: Intersaberes.
- f. P. Demo. (1995). *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. (3ª. ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas, S. A.

**LUAN VINICIUS BERNARDELLI** - Professor da Universidade Federal de Goiás. Graduado em Economia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Foi Visiting Scholar na Southern Cross University (Austrália). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Possui publicações em diversas áreas da economia, com trabalhos aprovados em revistas como Nova Economia, Journal of Religion & Health, Sustainability, Public Administration Quarterly, Economic Analysis of Law Review, Local Government Studies, Review of Applied Economics, Review of Social Economy, Estudos Econômicos, entre outras.

**A**

Agricultura sustentável 37

Autoridade 1

**C**

Crédito rural 14, 16, 19, 24, 26, 28, 29

**E**

Elite 1, 2, 3, 10, 11, 57

Empreendedorismo social 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

Enactus Brasil 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39

**G**

Grupo de poupança 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 25, 27, 28, 29

**I**

Império 1, 2, 3, 6, 8, 11, 13

Inclusão financeira 14, 15, 16, 18, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30

Instituições financeiras 14, 15, 24, 26, 27, 28, 29

**M**

México 41, 42, 43, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

**O**

ODS 31, 35, 36, 37, 38, 39

**S**

Sociedade 1, 6, 11, 12, 16, 31, 32, 34, 39

**V**

Valor social 33, 34, 39

# DA ECONOMIA POLÍTICA À POLÍTICA ECONÔMICA

---



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

DA  
**ECONOMIA**  
**POLÍTICA**  
À **POLÍTICA**  
**ECONÔMICA**

---



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)